

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Eliane Alves Cano

Trabalho de Conclusão de Curso
Nazismo no Brasil: O Partido Nazista no Estado de São Paulo

São Paulo

2013

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Eliane Alves Cano

Trabalho de Conclusão de Curso
Nazismo no Brasil: O Partido Nazista no Estado de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso de História Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista sob orientação do Prof^o Dra. Fabiana Scoleso

São Paulo

2013

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Eliane Alves Cano

Trabalho de Conclusão de Curso
Nazismo no Brasil: O Partido Nazista no Estado de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso de História Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista sob orientação do Prof^o Dra. Fabiana Scoleso

Nome: _____ Ass.: _____

Nome: _____ Ass.: _____

Nome: _____ Ass.: _____

São Paulo

2013

Agradecimentos

Profª Dra. Fabiana Scoleso, por acreditar no meu projeto

Profº Ms. Renato Alencar Dotta

Luiz Cano, pela paciência

O Brasil não escapou do fascismo; suas ideias e práticas fizeram muitos adeptos brasileiros. Mas não podemos pensar os fascismos no Brasil como se fosse um simples resultado de uma moda europeia ou da tentativa dos nazistas de implantarem um império em regiões da América Latina. Há que se considerar as condições sociais internas que tornaram possível a criação de um partido fascista brasileiro, a Ação Integralista Brasileira (AIB), o primeiro partido de massas do Brasil. (Natália dos Reis Cruz, Ideias e práticas Fascistas no Brasil)

Resumo

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo mostrar a organização do Partido Nazista no Brasil dentro de uma hierarquia de contexto mundial. A partir disto é possível compreender melhor o caso Brasil, ou melhor, o *Landesgruppe* Brasil (grupo do país Brasil), analisando o funcionamento das regras da A.O. (Instituição que gerenciava os partidos nazistas fora da Alemanha), traçando a história do Partido Nazista no Brasil.

Também pretende-se avaliar como se processou a repressão policial ao Partido Nazista no Estado de São Paulo e aos Alemães suspeitos de nazismo. Nesse universo de controle, vigilância e exclusão das minorias nacionais, é possível datar o período em que os alemães passaram a ser considerados inimigos políticos, segundo 'categorias de suspeição'.

Abstract

The objective of this research work is to show the organization of the Nazi Party in Brazil within a global context hierarchy. From this it is possible to better understand the Brazilian case, or better the *Landesgruppe* Brazil (Brazil country group), analyzing the operation of the rules of A.O. (Institution who managed the Nazi parties outside of Germany), tracing the history of the Nazi Party in Brazil.

This research also intends to evaluate how occurred the police repression to the Nazi Party in the São Paulo state and the Germans suspected of Nazism. In this controlled universe, with surveillance and exclusion of national minorities, it is possible to date the period when the Germans began to be considered political enemies, according to 'categories of suspicion'.

Abreviaturas

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AO - Organização para o Partido Nazista no Exterior

DEOPS/SP - Departamento Especializado de Ordem Política e Social de São Paulo

GAU - *Gauleiter* (Comarca)

KDP - *Kommunistische Partei Deutschlands* (Partido Comunista Alemão)

NSDAP – *National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)

NSDAP/BR - *National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* - Seção Brasileira do Partido Nazista

SA - *Sturmabteilung* (Divisão de Assalto)

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

Sumário

Introdução.....	9
1. O Processo Político na década de 1920 e a República do ‘Café com Leite’	12
1.1. O Estado e a Burguesia do Café.....	14
1.2. O Contexto Social e Histórico da “Revolução” de 1930.....	20
1.3. Os Tenentes e os Políticos.....	22
1.4. Os Militares e a tomada do poder.....	23
1.5. O Estado sob o comando de Getúlio Vargas.....	25
1.6. A Política Trabalhista.....	27
1.7. Processo Político - Tenentismo, Poder Central e os grupos regionais.....	28
1.8. O Autoritarismo: Tendências Políticas Antagônicas: AIB (Ação Integralista Brasileira) e ANL (Aliança Nacional Libertadora).....	29
1.9. A Ação Integralista Brasileira (AIB).....	32
1.10. Integralismo e Eugenia.....	38
1.11. A ANL (Aliança Nacional Libertadora).....	42
2. O Partido Nazista	48
2.1. Estrutura do Partido Nazista no Brasil.....	51
2.2. Perfil dos Partidários.....	54
2.3. Objetivos para a NSDAP/BR - National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei (Partido Operário Alemão Nacional Socialista Brasileira - Seção Brasileira do Partido Nazista).....	57
2.4. O Partido Nazista em São Paulo.....	61
2.5. A Repressão do Partido Nazista em São Paulo.....	64
2.6. A Escola Alemã de Vila Mariana (São Paulo).....	71
2.7. O Nazismo e o Integralismo.....	75
Conclusão.....	77
Glossário.....	80
Bibliografia.....	81

Introdução

Neste trabalho me interessa estudar particularmente, O Partido Nazista em São Paulo, a presença do movimento nazista organizado como partido político e/ou a propagação da ideologia nazista nas décadas de 1928 e 1940.

Considerando que no período que precede a Segunda Guerra Mundial, países como Inglaterra e Estados Unidos eram inimigos do III *Reich*, fazendo com que os nazistas se articulassem criando jornais, difundindo suas ideias racistas e antisemitas.

Criara-se uma organização a A.O (instituição que gerenciava o partido nazista no exterior) para que seguissem as regras do nazismo, fundando o partido Nazista em vários países, porém o Brasil tinha o maior número de partidários com 2.900 integrantes.

O número de partidários equivalia ao número de alemães em cada país. Os países que receberam maior número de imigrantes alemães se concentravam em maior número, caso do Brasil.

Em São Paulo, verifica-se o maior grupo nacional do partido, presença explicada pela grande colônia de alemães de nascimento, considerada de grande importância, pois funcionava a sede do partido no Brasil, com seu líder Hans Henning Von Cossel. Desmistificando a ideia de que o maior número de alemães se concentrava na região sul. “Nos estados do sul, mesmo com a grande e expressiva colônia de teuto-brasileiros, a colônia de cidadãos alemães era menor, até mesmo em Santa Catarina que tinha o segundo maior grupo do partido.” (COHEN, 1988, p.37)

Sabemos que:

A Era Vargas é comumente dividida em dois grandes momentos: o primeiro, iniciado com a Revolução de 1930, e o segundo, com a instauração do Estado Novo, em 1937. O projeto de nacionalização, aliado com a Lei Monstro (Lei de Segurança Nacional) foram duas variáveis importantes neste governo, que influenciaram diretamente o cotidiano da comunidade alemã. (DIETRICH, 2012, p.18)

Contudo o governo brasileiro deixa o partido nazista funcionar livremente com suas atividades partidárias, sabe-se que as relações de Getúlio e de Hitler eram amigáveis no que diz respeito às transações comerciais, pois o Brasil era um importante exportador de café e algodão suprindo as necessidades alemãs.

Portanto, qualquer tipo de proibição ao funcionamento do partido poderia abalar as relações entre Brasil e Alemanha.

Entretanto em 1935, ocorreu a Revolução de 1935, liderada por Luis Carlos Prestes em uma tentativa de golpe comunista, que fazia parte da Aliança Nacional Libertadora- ANL, em oposição a Vargas. A revolta foi rapidamente controlada pelo governo. Os aliancistas tentaram criar novos focos de resistência no país, mas não foram bem-sucedidos. Movimentos que foram chamados pelos militares de Intentona Comunista.

As ações da ANL propiciaram a decretação do estado de sítio no Brasil e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, responsável pelo julgamento de atividades consideradas subversivas. A partir de 1936, o estado de sítio foi prorrogado repentinamente e a repressão contra militantes e simpatizantes dos comunistas tornou-se constante.

É interessante e curioso, pois o mesmo governo de Getúlio Vargas que faz retaliações aos dirigentes do partido comunista, que leva a julgamento no Tribunal de Segurança Nacional, é o mesmo que acompanha as festividades do 1 de maio alemão, com desfiles de bandeira da suástica, da juventude hitlerista, com músicas alemãs regada de discursos de seus partidários.

Sabe-se que estes festejos deixam de ser simplesmente comemorações culturais, e é marcado por discursos ideológicos pautados em teorias raciais, antisemitas. Estes festejos ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e Recife. É neste cenário da não proibição do Partido Nazista, que ele se expande no Brasil, e cada região desenvolve sua característica.

A importância de se utilizar O Partido Nazista em São Paulo como objeto de estudos, deve ser visto como uma questão social e política, abrindo um leque de possibilidades de questionamentos sobre como se articulava as ideias do partido em relação à realidade brasileira. Delimitando o tema no Estado de São Paulo.

Mesmo porque há possibilidades a serem analisadas nesta pesquisa, principalmente no que se refere à historiografia brasileira, pois há poucos estudiosos no assunto, despertando curiosidades e outras possíveis interpretações. A maioria dos estudiosos concentra-se na região Sul do Brasil, deixando em aberto à atuação do grupo em São Paulo. O estudioso René Gertz sugere que não houve uma atuação de política de força do Terceiro *Reich* com relação à América Latina, as relações da Alemanha com o Partido Nazista no Brasil estava entregue as relações exteriores e que a filiação dos alemães teutos residentes no Brasil ao nacional-socialismo teria ocorrido de forma espontânea. (GERTZ, 1989).

Para Ana Maria Dietrich baseada em documentos alemães para estes estudos afirma que havia sim uma grande organização dos grupos partidários, aliada ao interesse do

Terceiro *Reich* e sua conseqüente adesão pelas ideias nazi-fascistas no Brasil. (DIETRICH, 2012).

Ricardo Seitenfus, na obra *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos (1930-42)*, acredita ao contrário de Gertz, que “o nazismo foi extremamente ativo no Brasil, chegando, realmente, a constituir um perigo à nação. Segundo Seitenfus, as atividades do partido nazista no Brasil foram numerosas, manifestando-se desde a organização dos lazeres, do esporte, das sociedades de beneficência até o boicote dos alemães reticentes, o treino militar, as saudações hitleristas e os juramentos de fidelidades ao III Reich.” (SEITENFUS, 2000, p.32)

Tanto é que se formaram grandes estruturas partidárias como: A Juventude Hitlerista, Associação de Mulheres Nazistas, Escolas Nazistas, havia enviados alemães para verificarem até que ponto estas associações partidárias seguiam o planejamento da ideia nazista original.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de como o Partido Nazista se estrutura no Estado de São Paulo, a influência junto à comunidade alemã do Partido Nazista em São Paulo, sob o viés da repressão.

Nesse universo de controle, vigilância exclusão das minorias nacionais, pretendemos datar o período em que os alemães passaram a ser considerados inimigos políticos. Analisar hierarquia, dirigentes, cargos e funções, período de funcionamento e células do Partido Nazista em São Paulo.

1. O Processo Político na década de 1920 e a República do ‘Café com Leite’

O processo político nos anos 20 foi condicionado pelas mudanças na estrutura sócio econômica do Brasil. Com o término da Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na política tornou-se mais visível.

Segundo Boris Fausto, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico. Ou seja, defendiam um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição do país, transformando a República oligárquica em República liberal, significando eleições limpas e respeito aos direitos individuais, reforma social, esperança na educação da população, no voto secreto e na criação de uma justiça eleitoral. (FAUSTO, 2010).

No entanto a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República. A união foi feita com o domínio de uma ou de outra das duas forças, surgindo divergências com o passar do tempo. São Paulo saiu na frente nos primeiros anos da República, alcançando seus objetivos na Constituinte, com o apoio dos mineiros foram preparando o caminho para as presidências civis.

Entre 1894 e 1902 foram eleitos sucessivamente três presidentes paulistas, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, fato que não se explica somente pelo poder econômico paulista, mas também, pelo fato de que a grande maioria da elite paulista abandonou suas antigas divergências e cerrou fileiras em torno do PRP (Partido Republicano Paulista).

Em Minas isto não ocorre, pois as divergências de grupos só cessaram com a chamada segunda fundação do PRM (Partido Republicano Mineiro), em 1897, marcando a presença política mineira no cenário nacional.

Um compromisso entre São Paulo e Minas Gerais permaneceu de 1898, com a eleição de Campos Sales, até 1909. Neste ano a discórdia entre os dois Estados facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul no cenário político nacional. Em 1909 e 1910 foi à primeira disputa eleitoral da vida republicana. Sobrinho de Deodoro, o marechal Hermes da Fonseca saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas e dos militares. Na oposição, em São Paulo sai candidato Rui Barbosa, com o apoio da Bahia.

Rui Barbosa tenta atrair os votos da classe média, seu discurso era contra um país inculto, oligárquico e autoritário, foi contra a intervenção do exército na política. Porém, a vitória de Hermes causou grandes decepções na restrita intelectualidade da época.

Segundo Boris Fausto a presença gaúcha na política nacional esteve associada ao nome do senador Pinheiro Machado que trabalhava com Borges de Medeiros, enquanto Borges controlava o PRR em seu Estado, elegendo-se governador, Pinheiro projetava-se no plano nacional, seu poder se projetava no controle da Comissão de verificação de Poderes do Senado e na Câmara dos Deputados. Através deste trabalho manuseava as representações do Nordeste, se tornando Estados satélites da política gaúcha. Deste modo, reuniu as oligarquias em um “partido nacional”- O Partido Republicano Conservador- com fundação em 1910, deixando ausente o partido do Estado de São Paulo (PRP).

A intuição política de Pinheiro Machado o levou a tentar evitar choques com São Paulo, defendendo os planos paulistas de valorização do café. Um acordo foi feito em 1913, um acordo não escrito, pelo quais mineiros e paulistas tratariam de se revezar na presidência da República.

Entretanto:

A presença gaúcha na política nacional não desapareceu, podemos dizer que, mesmo sem dar as cartas nas eleições para presidente da República, a oligarquia gaúcha ascendeu após 1910, enquanto a de São Paulo tendeu a se concentrar em seu Estado. Um indicador deste fato são os anos de permanência de políticos paulistas e gaúchos nos ministérios fundamentais da Fazenda, Viação e Obras Públicas. Entre 1889-1910, São Paulo esteve por 7,29 anos a frente destes ministérios e o Rio Grande do Sul por apenas 1,51 ano. No período de 1910-1930, o Rio Grande do Sul saltou para 15,14 e São Paulo caiu para 6,71. (FAUSTO, 2010, p.272)

Com o objetivo de indicar o candidato a presidente da República, São Paulo e Minas enfrentaram outro problema, quando Rodrigues Alves, eleito novamente em 1918 faleceu sem chegar a tomar posse, a saída foi eleger Epiácio Pessoa, paraibano e chefe oligarca em seu Estado, sem sucesso de independência, Epiácio Pessoa se curva diante dos dois Estados, Minas e São Paulo.

O não cumprimento do jogo através do presidente Washington Luiz, que indicou para sua sucessão em 1929 o paulista Júlio Prestes em vez de um mineiro, como estava combinado na regra do ‘café com leite’ causador da ruptura política de 1930. Este fato mostra o quanto foi importante para a estabilidade da Primeira República o acordo feito por São Paulo e Minas.

1.1. O Estado e a Burguesia do Café

O Estado se revelou como articulador de uma integração nacional, frágil, porém existente. Tinha o papel de garantir certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos, atrair investimentos estrangeiros, e cuidar da questão da dívida externa. Os fazendeiros de café foram o eixo da economia do período. Ao longo da República Velha o café manteve o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras, com uma média em torno de 60% do valor total. No fim do período, representava em média 72,5% das exportações.

Segundo Boris, dependiam do café para o crescimento de empregos, nas áreas mais desenvolvidas do país. Ele fornecia também a maior parte das dívidas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente da dívida externa. (FAUSTO, 2010).

A burguesia do café reuniu uma classe articulada que mostrava seus interesses através do PRP. O governo federal não podia ignorar o peso do setor cafeeiro, qualquer que fosse a origem regional do presidente da República. Alguns presidentes de origem paulista se chocaram com o setor cafeeiro, Campos Sales, Washington Luis e Rodrigues Alves, pois o presidente deveria se preocupar não somente com o café, mas também com os interesses gerais do Brasil.

Um exemplo é do presidente Rodrigues Alves, nos primeiros anos do século, não era contrário a solucionar a crise e aumentar os lucros dos cafeicultores, porém, não tinha condições de desagradar à Casa Rothschild principal sustentáculo da política de contenção das emissões, equilíbrio orçamentário e valorização da moeda.

Assim:

Os Rothschild, como principais agentes financeiros do Brasil no exterior, opuseram-se ao convênio de Taubaté, que previa a adoção de medidas tendentes a estabilizar o câmbio brasileiro em níveis mais baixos. Eles temiam o surgimento de problemas no serviço da dívida. Rodrigues Alves aceitou o ponto de vista dos Rothschild, convertendo-se no principal obstáculo ao apoio da União às iniciativas de São Paulo. (FAUSTO, 2010, p.274)

O controle do Estado pelos interesses cafeeiros era o da política cambial, essa política consistia em desvalorizar o mil-réis, para sustentar a renda da cafeicultura em moeda nacional, assim desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeicultura exportadora. O governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população. Desse modo, as perdas do setor cafeeiro seriam socializadas, isto é, divididas por toda a sociedade.

Boris Fausto ressalta que a associação entre desvalorização da moeda brasileira e proteção aos interesses da cafeicultura tem sido recentemente contestada. A tendência, em longo prazo, de depreciação cambial vem sendo encarada mais como resultado da precária situação das finanças brasileiras do que como uma deliberada opção governamental para favorecer o setor exportador. (FAUSTO, 2010).

Nas últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país agrícola. “Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços.” (FAUSTO, 2010, p. 282). ‘Serviços’ se referem a atividades urbanas de baixa produtividade, como os serviços domésticos remunerados e ‘bicos’ de vários tipos.

O censo de 1872 revela o crescimento do número de pessoas na área industrial, porém, não passavam de 7% da população em atividade, entretanto, muitas indústrias não passavam de pequenas oficinas. Não só a produção agrícola para o mercado teve significação como a indústria foi se implantando com força crescente.

Podemos compreender o crescimento econômico e as mudanças sociais ocorridas no centro-sul do país, verificando a história regional. O Estado de São Paulo esteve à frente do processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela diversificação agrícola, a urbanização e o surto industrial. O café continuou sendo o eixo da economia e constituiu a base inicial deste processo. A renda da cafeicultura foi assegurada nos anos críticos de excesso de oferta e preços baixos, pelo apoio do governo paulista e, em menor medida do governo federal aos planos de valorização.

Um dos fatores que assegurou a produção cafeeira se encontra nas fórmulas encontradas para resolver o fluxo de mão de obra e da estruturação das relações de trabalho. O primeiro enfrentamento foi resolvido pela imigração, o segundo, pelo colonato.

“O colonato veio substituir a experiência fracassada da parceria. Os colonos, ou seja, a família de trabalhadores imigrantes se responsabilizava pelo trato do cafezal e pela colheita, recebendo basicamente dois pagamentos variava de acordo com o resultado da tarefa, em termos de quantidade colhida. O fazendeiro oferecia moradia e cediam pequenas parcelas de terra, onde os colonos podiam produzir gêneros alimentícios. O colonato era distinto da parceria porque, não existia divisão dos lucros com a venda do café.” (FAUSTO, 2010, p. 282)

O colonato estabilizou as relações de trabalho, porém, os problemas entre colonos e fazendeiros não cessaram, ocorreram constantes atritos individuais e mesmo greves. Vale

lembrar, que os colonos não eram escravos, então possuíam ampla liberdade geográfica e podiam sair à procura de melhores oportunidades.

Outro fator importante é a diversificação agrícola na cidade de São Paulo, ligada à ascensão dos imigrantes. Baseada neste crescimento urbano, a produção de arroz, feijão e milho expandiu-se. O algodão também se implantou. Por volta de 1919, São Paulo se tornou o maior Estado produtor do país, ficava assim assegurado o fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil. O plantio combinado de café e algodão, maior o café, chegou a ser providencial para os fazendeiros. Pois em 1918 a geada devastou as plantações de café, muitos se salvaram da falência graças às plantações de algodão.

Entretanto em 1928 o Bloco Operário Camponês (o BOC) fez uma proposta de revolução democrático-burguesa, para combater o feudalismo e o imperialismo, desejando a aliança operário-camponesa para resolver questões agrárias. Para o BOC as oligarquias compunham os grandes proprietários de terra, o capital industrial e o imperialismo os agentes do capital financeiro. Então, para eles a industrialização não continha um grande número de industriais, fazendo com que obtivesse diversas alianças.

Segundo Dedecca há dificuldade em analisar as propostas de revolução em 1928, pois a maioria delas se posicionou contra os industriais, mas não rejeitavam o tema da industrialização. O que se desejava era constituir o mercado interior do capitalismo transformando em uma potência social, porém, a burguesia industrial não se contenta. Desta maneira, surgia uma luta política, sob o olhar do BOC, o tema industrialização podia-se visualizar possibilidades de uma Nova Política Econômica. (DEDECCA, 2004).

A proposta de revolução democrático-burguesa se inseria no movimento operário, criando em seu interior o tema da industrialização, uma luta nacional de operários e camponeses contra os interesses da oligarquia e do imperialismo. Em 1928, a burguesia industrial mudava progressivamente, mas até essas mudanças era considerada inimiga da classe operária. E para uma revolução no âmbito operário ocorrer era necessário que esta burguesia resgatasse o espaço nacional amortecido pelos interesses oligárquicos.

Entretanto:

Sob o ângulo das outras propostas políticas, torna-se possível também perceber que o tema da industrialização aparecia sob uma roupagem ideológica cujos parâmetros eram dados pela polarização indústria artificiais x indústria nacional, e que em última instância, pertencia ao mesmo campo de oposições revolução x oligarquia, nação x antinação. Novamente, aqui, o discurso político das várias propostas de revolução procurava conotar com cores vivas o fantasma das oligarquias. Entretanto, todas as propostas de revolução, ao mesmo tempo que visava um saneamento

institucional, dirigia um combate difuso antimonopolista, fosse entendido como exclusivismo das altas finanças do café ou de magnatas industriais. Neste sentido, a luta contra o PRP, no período de 1928, não apontava para outra coisa a não ser o descontentamento difuso de vários setores da sociedade que viam nas grandes finanças e na grande indústria um Estado dentro do próprio Estado, capaz de monopolizar a política e submeter ao conjunto do social. (Dedecca, 2004, p.123)

Surge o PD (partido democrático), chamado também de agrarismo, cujos comandantes eram cafeicultores descontentes com o governo de Washington Luis, este agrarismo surge como uma estratégia para política para desgastar o PRP, colocando-o como elemento nocivo às tradições brasileiras. Suas posições políticas não ultrapassaram denúncias contra os privilégios dos grandes industriais.

Segundo Dedecca, o agrarismo funcionou como eficiente dispositivo ideológico para conter a mobilização operária ao mesmo tempo em que atacava os grandes industriais, porque para a lógica da defesa da agricultura havia a ideia de que a luta de classes era artificial no Brasil. Por um período pequeno de 1928-1929 este agrarismo permitiu a união operária contra o capital, deixando transparecer a face do antiindustrialismo. Desenvolveu na luta política a imagem da paz social e um artificialismo de uma luta de classes, combater as grandes indústrias a favor de leis sociais e de denúncias contra o 'exclusivismo' significava também conter uma organização definitiva da classe operária, que já se reunia em 1929 e durante a criação da Confederação Geral do Trabalho. (DEDECCA, 2004).

Os conflitos apareciam em divergências entre produtores e consumidores e a luta de classes na visão do PD, seria um movimento cívico em defesa da livre concorrência. "Com relação às propostas dos "revolucionários", se elas apresentavam caminhos diferentes para a "revolução", todas, sem exceção, eram concordantes quanto ao tema da industrialização. Na perspectiva dessas tendências políticas uma questão tornava-se comum a todas: a impossibilidade de acordo entre a "revolução" e o governo, pois sob a ótica destas propostas o exclusivismo e o monopólio já estavam lá instalados, sendo esta a leitura mais acabada das oligarquias." (Dedecca, 2004, p.126)

Portanto o termo "revolução" indicava o fortalecimento do Estado perante o crescimento progressivo das finanças e do grande capital, a perspectiva de um Estado forte que protege os consumidores contra os monopólios executados pela grande indústria, tornou-se o motivo da mobilização social do período.

Estes consumidores tinham poder aquisitivo para consumir produtos estrangeiros, com as discussões sobre as tarifas alfandegárias, tinham medo da pauperização. Procurava mobilizar toda a sociedade, tanto os setores urbanos quanto a classe operária.

Entretanto, os discursos dos setores urbanos defendia a luta contra os monopólios e seus interesses adquiridos pelo poder aquisitivo e a classe operária defendia as leis sociais. Propiciar a presença da classe operária significava ir além da luta contra o monopólio, a junção da classe operária na luta política pela atuação do BOC tinha de pagar um preço de aceitar a luta desta classe contra o capital e não misturá-la com os consumidores.

Para Dedecca, assim se desvenda a incorporação da defesa da legislação trabalhista no contexto de algumas propostas políticas de “revolução”, assim os consumidores estariam protegidos pela vitória da “revolução”. “Por um lado porque tal “revolução” delegaria ao Estado a responsabilidade de conter a voracidade do ‘grande’ capital e, por outro, por que a este Estado caberia a incumbência de arbitrar os conflitos entre o capital e o trabalho, garantindo a paz social para estes consumidores.”(DEDECCA, 2004, p.128)

No entanto havia também a ideia de nação, mostrando o monopólio artificial criado por um mal funcionamento do Estado que não detinha o grande capital, colocado que esse mesmo Estado converte-se em seu comitê de negócios, coincidindo com as propostas dos “revolucionários”. Portanto somente uma “revolução” poria fim nos malefícios causados pelo monopólio e resgatar os ‘interesses’ nacionais, ou seja, uma industrialização que não se organizasse em monopólios.

Dedecca ressalta a grande ironia, na luta contra os monopólios, que é a identificação com o fascismo italiano como construção consciente do grande capital devido ao fato de haver grandes indústrias italianas neste período. (DEDECCA, 2004).

No entanto, com a cisão das duas posições políticas mais importantes da classe dominante: O Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista, as opiniões divergentes partidárias que atingia a classe dominante e o conjunto da sociedade em 1928, não podia explicar muito. Havia um impasse de posições entre os importadores de fios e tecidos e os industriais têxteis que anunciaram uma crise do setor devido à entrada em massa de artigos estrangeiros, favorecida pela baixa taxa alfandegária. “A bandeira do protecionismo foi levantada pelos industriais de tecido e a resistência imediata dos importadores em aceitar essas medidas ocasionou o impasse” (DEDECCA, 2004, p.136)

Segundo Dedecca, o período que transcorreu desde a crise interna da Associação Comercial nos finais de 1927 até a fundação do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, em março de 1928, não foi somente um conflito entre comerciantes e industriais, mas como

um desintegrar da própria vida estatal, quando a construção teórica e prática do domínio das classes dominantes em todos os seus níveis esteve introduzida por conflitos que não só polarizavam os vários agentes sociais, mas colocava o problema do Estado para a própria burguesia. (DEDECCA, 2004).

A divergência no interior da Associação Comercial, que existia como uma formação teórica e prática da burguesia para generalizar para a sociedade seu propósito de dominação colocam diante das classes dominantes os impasses da vida estatal. Isto quer dizer que a vida estatal como um momento de desenvolver um projeto de domínio da burguesia não pode ser contestado pelas classes que ela domina, como por exemplo a reunião dos operários de 1928.

Transformando a quebra de uma instituição em um momento privilegiado, para que as classes dominantes tomem consciência da crise estatal e imediatamente surge um novo projeto de dominação da própria burguesia.

Portanto compreender a vida estatal caminha em direção à concepção que vê no Estado o conjunto de atividades teórico e práticas de uma classe dirigente. E a vida estatal torna-se um projeto de dominação de uma classe sobre a outra.

Assim:

Tal oposição entre sociedade e política e sociedade civil passa a ser entendida à luz de um determinado projeto político - o liberalismo- e neste sentido torna-se uma regulamentação, imposta pelo próprio domínio da classe burguesa, que é também o domínio do capital sobre o trabalho. (DEDECCA, 2004, p.138)

Entre o racha na Associação Comercial e a criação do centro de indústrias do Estado de São Paulo condiz ao processo político no qual o tema da “revolução” e o tema da industrialização tronaram-se implícita a estratégia de discursos políticos que apontavam para uma nova ordem de dominação social.

O movimento de capital foi encontrando alternativas para repor as condições de acumulação, criando a indústria. Tanto que a criação das indústrias originou da própria produção cafeeira: o surgimento da indústria de sacaria para o café.

Para Dedecca a indústria mecanizada se deu de imediato no Brasil por não percorrer as etapas descritas por Marx em O Capital, ou seja, como uma possibilidade de inversão do capital, pois não havia organizado a indústria doméstica e a manufatureira na sua própria dinâmica de acumulação não poderia esperar o desenvolvimento destas forças produtivas capitalistas para realizar suas inversões. (DEDECCA, 2004).

A criação do CIESP e a elaboração da industrialização, como projeto político capaz de organizar a vida estatal da classe dominante, indicando uma ampliação das agências privadas do Estado, revela também um projeto político elaborado dentro da burguesia industrial, organizando a vida estatal no ano de 1928 estava submetida ao fantasma da revolução social.

1.2. O Contexto Social e Histórico da “Revolução” de 1930

O cenário político no Brasil e as disputas pelo poder estavam conturbado na década 1930. Os desentendimentos começaram quando Washington Luiz (presidente da República) insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão e rompendo com a aliança efetivada com os políticos mineiros desde o início da República do café com leite. Indicando o então, governador de São Paulo Júlio Prestes, no intuito que desse continuidade ao seu plano financeiro.

A atitude de Washington Luiz fez com que mineiros e gaúchos entrassem em um acordo, para a articulação de uma candidatura da oposição partiu do governo de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. O Rio Grande do Sul lança a candidatura de Getúlio Vargas, que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal, formaram a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha.

Portanto

A Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não só a do café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isto mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luiz. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito a aposentadoria, a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luiz, que afirmava que a questão social no Brasil, ‘uma questão de polícia’, a plataforma de oposição dizia não poder negar sua existência. (FAUSTO, 2010, p.319)

A campanha de Getúlio Vargas ganhou impulso, foi recebido com entusiasmo nas caravanas do Rio e de São Paulo e conseguia, com seus discursos, atingir a classe trabalhadora.

Entretanto, segundo Boris Fausto, não era um ano eleitoral qualquer, e as dificuldades econômicas agravaram o quadro de descontentamento político. O mercado de café havia entrado em colapso em outubro de 1929, e os fazendeiros começaram a rejeitar a liderança do PRP personificadas no presidente Washington Luiz e no presidente eleito Júlio Prestes, ambos os ex-governadores de São Paulo. (FAUSTO, 2010).

Sabemos que o Brasil, como os demais países da América Latina, era no fim dos anos 20 um exportador de alimentos e matérias-primas. O café representava 70% de nossos negócios com o exterior. O presidente Washington Luis costumava dizer que ‘o café dará para tudo’. As oligarquias de São Paulo e Minas Gerais

Alternavam-se no governo, como já vimos no que ficou conhecido como a política do café com leite. Desde 1906, um acordo entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro- o Convênio de Taubaté- previa que o governo federal garantiria o preço mínimo do café. Quer dizer, os fazendeiros, exportadores e financistas que trabalhavam com café teriam seus lucros garantidos, fosse qual fosse o preço internacional.

Entre 1927 e 1929, as exportações só consumiram dois terços da produção brasileira. O resto foi comprado pelo governo. Isto explica, por exemplo, por que a dívida do Estado de São Paulo com bancos estrangeiros disparou de 1,2 milhão de libras esterlinas, em 1892, para 11,9 milhões em 1929.

A quebra da bolsa de New York bloqueou por um bom tempo o maior mercado de café brasileiro, os Estados Unidos. Uma das consequências foi o enfraquecimento da oligarquia cafeeira, que abriu espaço para a “Revolução” de 1930, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, uma “Revolução” que não contou com a população, liderada de ‘cima para baixo’

O novo governo ordenaria a destruição de 14,4 milhões de sacas de café entre maio de 1931 e fevereiro de 1933, para reduzir a oferta e, assim, elevar os preços no exterior.

Uma avalanche de descontentamento se eleva em São Paulo, houve uma reunião entre lavradores, onde atacam violentamente o governo. Para Boris Fausto, não houve uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal, e o rendimento eleitoral da crise para a oposição foi escasso.

Embora o PD (partido democrático) não estivesse integrado na Aliança funcionando com uma espécie de ponte a favor de São Paulo, não havia motivos para acreditar que a vitória da oposição levaria a uma atenção maior aos interesses cafeeiros.

Contudo, percebemos que os descontentamentos que houve durante a crise de 1929, deixaram marcas em São Paulo, neste cenário se inicia disputas políticas e ideológicas.

1.3. Os Tenentes e os Políticos

O candidato Júlio Prestes vence as eleições de 1930, este resultado parecia marcar o fim das divisões regionais. Porém, nem todos parecem contentes com a vitória do candidato paulista, principalmente os gaúchos. Surgem neste cenário os chamados tenentes civis, que queriam o poder através das armas e depositavam em Getúlio Vargas seus anseios pelo poder, como veremos adiante.

Podemos perceber que o desentendimento entre os políticos e os tenentes se explica mais pela diferença das gerações do que pelas disputas ideológicas. De famílias tradicionais, jovens de Minas e do Rio Grande do Sul ascendem para a carreira política se apoiando nos velhos oligarcas.

Rio Grande do Sul, homens como Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, um grupo que ficou conhecido como a geração de 1907, ano este em que concluíram seus cursos universitários. Até o fim da década de 1920, estes políticos não havia feito nada de extraordinário, ou seja, nada que os ascendessem politicamente, dependendo assim, de um estreito círculo.

Sendo assim:

Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância, por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinham agora condições de realizar-se. Já no curso da disputa eleitoral, alguns contatos haviam sido feitos nesse sentido, mas os tenentes revelavam desconfianças. (FAUSTO, 2010, p.322)

Mesmo com estas desconfianças, chegou-se a um acordo, porém o nome de mais prestígio entre os tenentes era o de Luís Carlos Prestes que lançou um manifesto do qual se declarava socialista revolucionário, condenando a política das oligarquias. “Na sua concepção, as forças em luta eram apenas um joguete da luta maior entre o imperialismo britânico e o americano, pelo controle da América Latina.” (FAUSTO, 2010, p. 322)

Tanto para a grande população, quanto para a elite política esta declaração de Prestes não foi bem aceita. Ele vinha sendo influenciado pelos comunistas desde um encontro que tivera com um dos fundadores do PCB Astrogildo Pereira, a influência foi se internalizando através de leituras e contatos com líderes comunistas.

De início Prestes não ingressa no PCB, pois por alguns anos este partido condenava o personalismo pretista, com um pequeno grupo ele fundou a Ação Revolucionária, posteriormente ingressaria no partido por ordem que veio de Moscou em 1934.

No entanto, após as eleições de 1930, os grupos de oposição se unificaram, os velhos oligarcas acabaram aceitando a aliança com os tenentes e a via revolucionária se impôs.

1.4. Os Militares e a tomada do poder

Com as ações militares, podemos perceber a fraqueza do governo, em outubro, todo o Rio Grande do Sul já estava nas mãos dos “revolucionários” em Belo Horizonte apesar da resistência o domínio foi rápido, em Pernambuco as lutas não duraram mais do que três dias. Em São Paulo se determinou o local onde se enfrentou à “revolução”, porém se desfez, com a notícia de que o presidente havia sido deposto no Rio de Janeiro.

Os “revolucionários” aguardaram em Ponta Grossa, junto com Getúlio Vargas, neste momento, planejou um ataque geral as forças militares que apoiavam Washington Luis, em Itararé, território paulista. Esta batalha ficou conhecida como a batalha que não ocorreu antes do confronto os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro destituiu o governo, formando uma junta provisória de governo.

Getúlio Vargas deslocou-se de trem em São Paulo e daí seguiu para o Rio, aonde chegou precedido por três mil soldados gaúchos. O homem que no comando da nação, iria insistir no tema da unidade nacional, fez questão de fazer transparecer, naquele momento seus traços regionais. Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando os gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco da Avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura mal definidos. (FAUSTO, 2010, p.325)

Para Boris Fausto, o movimento de 1930 tem uma dinâmica própria que escapa de uma simples análise de dependência externa (crise de 29), disputas de grupos internacionais pelo controle da América Latina, são elementos que modelam o país e, quando aqui se refletem, são modelados pelas características específicas da sociedade brasileira.

Não se fala muito do papel desempenhado pelos operários na “revolução”, eles aparecem mais como um problema do que como personagens. Pode ser que as análises feitas dos setores burgueses, na década de 20, tinha-se feito levando em conta o proletariado, pensando na crise que gera as greves nos grandes centros, lutando contra o desemprego e os salários baixos. A classe média, daquele período, não nos parece alheia aos problemas sociais.

Certamente, o proletariado não interveio na revolução como classe, tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta por indivíduos que não só exercem papel semelhante no processo produtivo, mas têm objetivos definidos de ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenham neste processo e na sociedade. Sua reduzida vanguarda manteve-se alheia ao movimento e criticou-o em bloco, formulando a única análise, na época, onde há uma crítica coerente a estrutura econômica e social do país. (FAUSTO, 1999, p.246)

Contrapondo a ideia de Boris Fausto, Dedecca coloca que a “revolução” de trinta vista como discurso do exercício do poder, oculta o percurso das classes sociais em conflito, não somente anulando a existência de determinados agentes, mas definindo o lugar da história para todos os agentes sociais. (DEDECCA, 2004. FAUSTO, 2010).

O termo revolução realiza essa operação no nível do discurso do poder ao ocultar o processo da luta de classes e ao generalizar para o conjunto do social a própria origem deste poder, a partir de um marco válido para todos- a revolução de trinta. Assim como o fazer da política sob a ótica do poder, a ideia de revolução de trinta refez a história, memorizando-a e para isso periodiza definitivamente a história do Brasil como se tudo acabasse e se criasse a partir de um único marco. (DEDECCA, 2004, p.76)

No entanto, nesta memória história sobressaíram apenas alguns agentes sociais enquanto que outros são excluídos, não se tornando estranho para os que constituíram o poder nos anos trinta como para a historiografia, a falta da ação política dos dominados durante esse período histórico.

Segundo Dedecca, para alguns argumentos dos “revolucionários” (Luis Carlos Prestes e Maurício de Lacerda) a revolução tornava-se possível, desde que a classe operária fosse parceiros, a presença da classe operária se dava de forma indireta, isto é, as reivindicações operárias não se inscreviam no interior do temário da “revolução”, embora a “revolução” devesse encaminhar as problemáticas da questão social – via promulgação e aplicação das leis trabalhistas. (DEDECCA, 2004).

Sendo assim as avaliações que determinam as classes sociais, isto é, o proletariado e a burguesia industrial por não terem produzido a “revolução” de trinta cometem erros irrecuperáveis. Primeiro aceitando a “revolução” de trinta como um ‘fato’ quando na verdade é a produção da memória histórica de um processo político e ideia central do sistema de poder organizado pelos vencedores da luta. Segundo ignorando como o movimento operário representado pelo Bloco Operário e camponês, que contribuiu para a construção de uma ideia de revolução antioligárquica firmou também a própria memória histórica, eliminando a classe operária como agente da “revolução”. E por fim ignorando que a burguesia industrial não poderia ter produzido a revolução de trinta, pois esta ideia não passava por esta classe.

1.5. O Estado sob o comando de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas subiu ao poder em outubro de 1930, permanecendo por quinze anos. De início como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e como ditador. Destituído em 1945, volta à presidência pelo voto popular em 1950, permanecendo até seu suicídio em 1954.

Durante estes quinze anos o Brasil assumiu a prerrogativa da industrialização e uma série de instrumentos legais forma criados para dar condições e forma a sua efetivação. Foram editadas as legislações trabalhistas e uma nova legislação sindical. As oligarquias que haviam governado ao longo da República Velha, foram deslocadas do poder. O país urbanizou-se, adotou novos hábitos, novos valores culturais, enfim, sofreu significativas transformações estruturais. Essas transformações, entretanto, se processaram, de “cima para baixo”, sob o signo da centralização, do corporativismo, da tutela estatal sobre os segmentos sociais e do autoritarismo.

Os países exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas, como o Brasil, pela sua própria função no mercado internacional, não acompanharam o desenvolvimento industrial e tecnológico de alguns países europeus e dos Estados Unidos. Vale lembrar que em 1930, o Brasil não produzia aço em volume suficiente para as suas necessidades, não extraía nem refinava petróleo, não fabricava geradores de motores elétricos, não construía navios, aviões, veículos e muito menos fabricava produtos químicos, ou seja, era dependente dos países industrializados.

Quando a crise de 1929 eclodiu, a economia brasileira dependia fundamentalmente da produção e da exportação de produtos agrícolas, principalmente do

café. Como estes produtos estavam expostos às oscilações do mercado internacional, ou seja, as oscilações da procura por estes produtos por parte destes países importadores, o Estado brasileiro ficava responsável pela garantia dos lucros dos exportadores, controlando o câmbio e os preços e sobretaxando o resto da sociedade brasileira para cobrir os prejuízos por meio dos impostos.

A partir da crise de 1929, no início dos anos de 1930, com a retração do mercado mundial, o preço do café despencou exatamente em uma conjuntura de grande produção deste produto. O governo não tinha condições, com uma crise tão grande, nem de pagar os cafeicultores e muito menos de honrar suas dívidas com os credores internacionais. Esta situação gerou uma reação em cadeia. Os cafeicultores não recebiam do governo e, por isso, não pagavam seus trabalhadores e seus fornecedores. Sem a circulação do dinheiro, o consumo era impossível. Muitas empresas faliram e o desemprego generalizou-se no Brasil.

O governo tentou resolver o problema como se fazia na República Velha. Como já vimos, política de valorização e queima de café. Contudo a conjuntura pós-1929 era muito diferente. Obter empréstimos internacionais para financiar a agricultura era muito mais difícil. Muitas vezes eram necessários acordos comerciais.

Não era possível, com o grande número de desemprego e o empobrecimento do povo, descarregar sobre o resto da população, por meio do aumento dos impostos, o pagamento da conta.

Tornava-se urgente mudar e estruturar a forma de economia do país.

As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ele assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governo de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as formas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados que ficaram proibidos de adquirir empréstimos. (FAUSTO, 2010, p.333)

Para viabilizar o crescimento industrial, o Estado adotou o processo de substituição de importações, isto é, passou a produzir internamente produtos que antes eram importados dos países industrializados. Uma forma de viabilizar os investimentos do capital internacional e iniciar a formação de um mercado consumidor e, fundamentalmente, um princípio de estrutura industrial interna e investimentos em infraestrutura.

A política de substituição de importações era uma das estratégias do Estado no que se refere à mudança no padrão de acumulação capitalista no Brasil. Para proteger estes industriais e evitar a concorrência de produtos estrangeiros nesses setores, o Banco do Brasil negava licenças de importações aos produtos similares aos produzidos no Brasil ou daqueles que eventualmente, pudessem vir a ser produzidos no Brasil. O Estado adotou ainda políticas de proteção tarifária, aplicando impostos menores sobre bens e equipamentos industriais.

1.6. A Política Trabalhista

A modernização capitalista exigia que as relações entre patrões e trabalhadores fossem alteradas. Durante a República Velha, os operários tinham jornadas de trabalho de até 16 horas diárias, sem direito a férias, aposentadoria e o trabalho das mulheres e das crianças não era regulamentado. Todos os conflitos entre trabalhadores e patrões eram resolvidos dentro dos muros das fábricas e, quase sempre, os trabalhadores levavam a pior, chegando até a sofrer castigos físicos.

As mudanças seriam necessárias nas estruturas corporativas do pós-1930, na legislação trabalhista e sindical. A política trabalhista do pós-1930 construiu uma relação estreita entre trabalhadores, empresas e estado. Oficializou e reestruturou uma legislação que já havia sido concebida desde os anos de 1920.

Por meio das estruturas corporativas, o Estado tornou-se mediador das relações entre o capital e o trabalho. O Estado passou a controlar tanto o comportamento dos trabalhadores quanto o nível de exploração exercido pelos patrões.

O enquadramento do sindicato foi estabelecido pelo Decreto n 19.770 de 19 de março de 1931, que dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco de interesses. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento do Estado de um único sindicato por categoria profissional. O governo atribuiu o papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistissem às assembleias dos sindicatos. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não cumprimento de uma série de normas. (FAUSTO, 2010, p.335)

Procurava-se evitar, com estas disposições, a presença de comunistas e socialistas ou outros militantes de esquerda nos sindicatos que pudessem pôr a perder a ideia de colaboração entre as classes. Vale lembrar que os agentes do Ministério do Trabalho faziam rigorosa verificação da composição das diretorias dos sindicatos antes de reconhecê-los. O que nada impediu que os trabalhadores estivessem muito próximos do Partido Comunista.

1.7. Processo Político - Tenentismo, Poder Central e os grupos regionais

Após a vitória do movimento de 1930, foi instalado o chamado governo provisório, presidido por Getúlio Vargas, acompanhado dos líderes revolucionários civis e dos tenentes. A primeira medida de Vargas foi a de reduzir o poder dos estados da federação destituindo seus governadores e colocando, no lugar deles, interventores da estrita confiança do presidente.

Além da centralização política excessiva, Vargas passou a legislar sobre impostos, moedas, câmbio, tarifas públicas, créditos e dívidas do estado e da União. O presidente passou a controlar os vários setores da economia e, para tanto, criou o conselho federal do Comércio Exterior, novo código de Águas e Minas e o Ministério do Trabalho.

O governo provisório se prolongava além do esperado. Havia uma imensa expectativa da convocação da Constituinte e o restabelecimento da ordem constitucional, mas Vargas parecia não ter pressa.

Indignados com a atitude de Vargas, os paulistas revoltaram-se, iniciando o movimento que ficou conhecido como a Revolução Constitucionalista de 1932.

Os paulistas defendiam:

A elite de São Paulo defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal. Como medida transitória, exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do PRP e do PD. Isto ocorreu com a formação da frente única paulista em fevereiro de 1932. No mesmo mês, o governo provisório dispôs-se a atender as pressões contra o prolongamento da ditadura que vinham, não só de São Paulo, como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o código eleitoral. (FAUSTO, 2010, p. 342)

Este código trouxe importantes inovações, estabelecia voto universal direto, secreto e facultativo a todos os brasileiros maiores de vinte e um anos, inclusive as mulheres, à exceção dos analfabetos, mendigos, soldados e padres. Foi criada também a Justiça Eleitoral, com o objetivo de controlar as lisuras das eleições.

As eleições para a Constituinte ocorreram na data previamente marcada por Vargas. Em julho de 1934, foi promulgada a nova carta constitucional. A nova constituição mantinha o sistema federativo e o presidencialismo, mas extinguiu o cargo de vice-presidente da república. Coferia maior poder ao Executivo, reduzindo a excessiva autonomia financeira dos estados da federação. Incorporou ao seu texto o código eleitoral de 1932, assegurando o voto das mulheres e dos direitos trabalhistas.

Segundo Fausto, o governo constitucional de Vargas foi tumultuado. Várias greves operárias eclodiram pelo país pela aplicação da legislação trabalhista. Apesar de os trabalhadores terem conseguido suas reivindicações, o patronato insistia em não obedecer às leis editadas pelo governo Vargas. (FAUSTO, 2010).

O conturbado contexto internacional entre guerras refletia-se no Brasil. A propaganda nazifascista, a ascensão de Hitler na Alemanha, a séria situação política da Espanha, a consolidação do socialismo na Rússia e uma tendência cada vez maior de internacionalização da experiência socialista geraram impactos importantes no Brasil, provocando o aparecimento de duas correntes de feição ideológicas antagônicas: a Ação Integralista Brasileira (AIB), de extrema direita, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) de esquerda, isto é, socialistas, comunistas e simpatizantes.

1.8. O Autoritarismo: Tendências Políticas Antagônicas: AIB (Ação Integralista Brasileira) e ANL (Aliança Nacional Libertadora)

Com muita eficiência, ganhou força no Brasil dos anos 30, a corrente autoritária. Não havia estrutura para organizações de classes e de partidos políticos, neste sentido, o autoritarismo passa a ter um fascínio constante.

No entanto:

Com o processo de industrialização, não só se consolidava uma classe operária, como também uma classe média. Durante os anos 20, as camadas médias foram uma força de pressão para a derrubada do regime oligárquico e tinham como uma de suas bandeiras a moralidade dos costumes políticos, a supressão do clientelismo, a

modernização dos aparelhos de Estado e a modificação de forma de participação política, defendendo o sufrágio universal e secreto ou o corporativismo/voto profissional. (CRUZ, 2012, p. 15)

Para Fausto, havia semelhanças entre a corrente autoritária e o integralismo totalitário, mas não eram iguais. O integralismo pretendia alcançar seus propósitos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. Já a corrente autoritária não apostava no Partido e sim no Estado. Não acreditava na mobilização da sociedade, mas sim de alguns homens. (FAUSTO, 2010).

Segundo Pandolfi a recuperação de uma ordem legal fortificou a participação política e revigorou o movimento social. “Várias greves eclodiram no período e, o processo político radicalizou-se.” (PANDOLFI, 2007,p.31). Surgem duas correntes muito diferentes entre si, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), bem estruturada conseguiram gerar grandes mobilizações no país.

A AIB, fundada em 1932 por Plínio Salgado, seguia o modelo do fascismo italiano, o manifesto integralista lançado na mesma ocasião, sintetizava o ideário básico da organização: defesa do nacionalismo, definido mais como bases culturais do que econômicas e do corporativismo, visto com esteio da organização do Estado e da sociedade, combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social.

A AIB apresentava uma estrutura rigidamente hierarquizada, cabendo ao próprio Plínio Salgado o cargo de chefe nacional a liderança incontestável. A AIB cultivava diversos símbolos e rituais com os quais buscava afirmar sua identidade como os uniformes verdes envergados nas manifestações públicas, a letra grega como símbolo, o sigma e a saudação Anauê empregada pelos seus militantes. O lema era Deus, Pátria e Família.

Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o Integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais.

A AIB identificava como os seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional em mãos dos judeus. Podemos citar como ideólogo típico do antissemitismo Gustavo Barroso, que escreveu livros como ‘Brasil Colônia de Banqueiros’ , um exemplo típico da ideologia nazista.

A ANL (Aliança Nacional Libertadora) foi uma frente de luta criada contra o fascismo, contou com a participação de amplas esferas ideológicas e culturais da sociedade

brasileira. Com o lema ‘pão, terra e liberdade’, teve um crescimento rápido, mais de 1600 comitês foram realizados em todo o país.

Uma organização política capaz de dar base nacional as lutas que se travavam. Defendia a reforma agrária, a interrupção do pagamento da dívida externa no Brasil, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo popular, a nacionalização das empresas estrangeiras.

Nesta época Luiz Carlos Prestes estava exilado na União Soviética, porém foi proclamado presidente de honra da organização. Prestes gozava de admirável consideração devida sua liderança na coluna Prestes que na década precedente havia tentado derrubar o governo pelas armas. Nos anos posteriores dezenas de pessoas se afiliaram a ANL, cavalheiros ilustres, mesmo sem se afiliar mostravam afeição pelo movimento. Várias manifestações públicas foram realizadas em diversas cidades brasileiras, inclusive com artigos publicados em jornais.

Em 1935 iniciaram os preparativos para a deflagração de um movimento armado, cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular dirigido por Luiz Carlos Prestes. O movimento contou com os operários que iniciaram greves em várias partes do país.

Segundo Pandolfi, houve uma forte repressão às rebeliões, não só a eles, mas também a todos opositores do regime. Uma junta do governo tomou poder em Natal durante quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões em Recife e no Rio, esta última de maiores proporções. Houve aí um confronto entre os rebeldes e as forças legais do qual resultaram várias mortes até a rendição. (PANDOLFI, 2007).

Estas rebeliões serviram de pretexto para o fechamento da ANL, e outras consequências, dentre elas abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária. Ao mesmo tempo criaram-se órgão específico para a repressão. Em janeiro de 1936, o ministro da Justiça anunciou a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais.

Mas mesmo antes da revolta comunista, em abril de 1935, sob o impacto das várias greves que vinham ocorrendo, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional, suprimindo diversas franquias democráticas presentes na Constituição de 1934. A Lei previa a censura aos meios de comunicação e prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promovessem manifestações de indisciplina nas Forças

Armadas ou greves nos serviços públicos. As entidades sindicais consideradas suspeitas poderiam ser fechadas. (PANDOLFI, 2007, p. 33)

A criação de um órgão judiciário específico, estritamente subordinado ao governo, foi uma medida necessária para garantir a punição dos presos sem grandes considerações pelos princípios políticos em vigor. A princípio este Tribunal se destinava apenas a julgar os comprometidos na insurreição de 1935, mas acabou se tornando permanente durante todo o Estado Novo.

1.9. A Ação Integralista Brasileira (AIB)

O dia sete de outubro de 1932 é considerado um dos mais importantes no calendário dos integralistas. Nesta data, celebra-se a publicação do chamado Manifesto de outubro, primeiro documento assinado e lido publicamente pelos integralistas (AIB), o local escolhido para o evento foi o tradicional Teatro Municipal de São Paulo.

O ato de lançamento do manifesto marcou o final da fase pré-AIB e lançaram as bases da organização que se constituiria o primeiro partido de massas do Brasil. A AIB foi criada após a incorporação de inúmeros grupos, movimentos e organizações que começaram a surgir a partir do final da década de 20.

Provavelmente as primeiras organizações foram a Legião Cruzeiro do Sul que, possivelmente, teve como principal fonte de inspiração o fascismo italiano, e o cravo vermelho, que era formado por policiais da cidade do Rio de Janeiro destacados para perseguirem os militantes do movimento sindical. Suas fundações datam dos anos iniciais da década de 1920, sendo que ambas as organizações unificaram-se e, posteriormente acabaram desaparecendo.

Segundo Fagundes, entre os grupamentos brasileiros que tentaram esboçar a organização de uma força política inspirada no modelo dos regimes fascistas europeus pode citar o Partido Fascista Brasileiro. De óbvia influência do fascismo italiano, a meta central desse partido, estabelecida em seu manifesto de lançamento em 1930, era unificar todos os brasileiros em um amplo movimento de defesa da pátria e da soberania nacional para barrar a ascensão do que considerava o grande perigo externo, o comunismo.

Em 1928, começou a ser articulada a criação do Partido Sindicalista Brasileiro. Seu principal teórico e dirigente foi Olbiano de Mello que, em 1930, lançou sua obra

manifesto intitulada República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil, bases para organização do Estado Sindical Brasileiro. O autor publicou mais duas obras, 'Comunismo ou Fascismo' e 'Levanta-te Brasil', que pretendiam dotar este partido de uma teoria estruturada e de uma organização das milícias, que teriam o papel de corpo de reserva do exército. As obras de Olbiano de Mello são repletas de referências positivas ao regime de Mussolini na Itália e, ao mesmo tempo, fazem duras críticas ao modelo de Estado adotado pela união URSS.

O autor chama atenção também para a criação da Ação Social Brasileira (ASB) que pretendia ser a base para a estruturação do futuro Partido Nacional Fascista, que efetivamente nunca chegou a ser fundado e cujo idealizador foi J. Fabrino. A organização também foi criada sob a influência do regime político da Itália, tanto que sua meta principal era estabelecer, a partir de cada município, um movimento corporativo semelhante ao existente na Itália.

O programa da ASB deixava nítido seu caráter autoritário no ponto relativo a disciplina, em que eram estabelecidas as linhas mestras da organização, a inspiração no modelo adotado pelos fascistas fica evidente no estabelecimento de níveis organizacionais intitulados de patrícios, centúrias e legiões.

Outro movimento que surgiu também neste período, com atuação restrita no estado de Minas Gerais, foi a Legião de Outubro ou Legião Três de Outubro. Seus principais líderes foram Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Tal organização estruturou-se a partir de uma dissidência do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em seu manifesto de lançamento, os legionários refutavam as velhas oligarquias mineiras, normalmente o grupo do Partido Republicano mineiro ligado ao ex-presidente Arthur Bernardes,

A Legião 3 de Outubro contou com o apoio público de setores do exército e da Igreja Católica. Sua ação mais destacada foi a realização de um desfile que reuniu milhares de legionários, no dia 21 de abril de 1931, em Belo Horizonte. A organização tinha como principais símbolos um barrete de dois bicos e uma camisa cáqui que, juntos, significavam a união do lavrador e do soldado.

Para Pandolfi, veio do Nordeste do País a organização que conseguiu estruturar-se e atrair um amplo leque de filiados e militantes. Lançado oficialmente em outubro de 1931, a Legião Cearense do Trabalho (LCT) foi idealizada pelo tenente Severino Sombra. Esse militar sofreu forte influência do pensamento conservador católico, sobretudo das obras de Jackson de Figueiredo, tanto que muitos padres, entre eles Helder Câmara, acabaram aderindo a

Legião por conta de seu discurso moderado sobre a relação entre patrões e trabalhadores. (PANDOLFI, 2007).

A LCT surgiu por conta da iniciativa de Severino Sombra de unificar as associações de classe e sindicatos de Fortaleza. A concepção de sua estrutura teve como guia o modelo de sindicalização traçado pelo Ministério do Trabalho da administração Vargas. Sua meta era congregar todos os trabalhadores em defesa de seus direitos por meio de uma forte organização.

A Legião defendia a construção de um novo tipo de sociedade, baseada na integração organizada das classes trabalhadoras na vida política social brasileira. Entre suas propostas básicas estão a defesa de um contrato coletivo de trabalho, a fixação de trabalho relativo às horas de trabalho, repouso dominical, o estabelecimento de limites de horas de trabalho para jovens e mulheres e a instituição de órgão de conciliação e arbitragem a fim de controlar a relação entre empregados e empregadores.

A organização chegou a contar com milhares de filiados representados por dezenas de associações operárias que eram ligadas diretamente ao Conselho da associação. Mesmo não sendo hierarquicamente tão rígidas quantas outras organizações da época, a organização dos legionários cearenses também realizava paradas públicas e estabeleceu o uso de uniformes e de uma saudação entre seus membros.

Seus militantes usavam também um uniforme: calças brancas e blusas de operário em algodão colorido. Na manga esquerda, ostentava uma insígnia representando o braço de um trabalhador empunhando a balança da justiça. A saudação habitual era a resposta coletiva 'Pronto', feita ao chefe no início de suas alocações. (FAGUNDES, 2011, p.50)

O trabalho efetivamente realizado pela LCT conseguiu destaque em nível nacional. Várias revistas e jornais abriram espaços para reportagens sobre as atividades e ações desenvolvidas pelos legionários do Ceará. Em 1932, Severino Sombra mudou o nome da organização para Legião Brasileira do Trabalho, como forma de possibilitar sua expansão em outros estados do Nordeste.

Em decorrência das atividades da LCT, o tenente Severino Sombra começou a estabelecer contatos com outros membros de organizações semelhantes que existiam pelo país, então foi marcado um encontro no Rio de Janeiro em 1932 entre Sombra (LCT), Olbiano de Mello (Partido Nacional Sindicalista) e o jornalista Plínio Salgado.

Devido o início da Revolução Constitucionalista em São Paulo, obrigou o adiamento deste encontro, pelo fato de ter apoiado a causa paulista, o tenente Severiano

Sombra foi exilado e teve que assistir de longe à adesão da LCT à AIB. Após o primeiro Congresso Nacional do Integralismo, em 1934, na cidade de Vitória (ES), já de volta do exílio, Severino Sombra acaba perdendo espaço para a liderança de Plínio Salgado, que se tornou chefe do movimento integralista.

É importante destacar que semelhantes organizações e partidos políticos foram fundamentais para a introdução e circulação das propostas do ideário nacionalista e autoritário no Brasil. Sua atuação materializou-se por via de seus manifestos, revistas, jornais e paradas e serviram de inspiração e modelo para a criação da AIB.

Outro fator para o crescimento do partido foi o fato de parte dos líderes dos movimentos políticos das décadas de 1920-1930 ter se engajado na AIB. A origem da AIB está estreitamente ligada à formação de uma verdadeira coalizão de organizações e movimentos políticos que já existiam. A aglutinação desses vários atores políticos de diferentes regiões do país foi primordial para o crescimento do capital político dos integralistas.

Segundo Chasin, o embrião da AIB foi a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), entidade criada em 12 de março de 1932 por um grupo de profissionais liberais e estudantes da cidade de São Paulo. Seus objetivos originais eram a realização de debates e discussões teóricas sobre a realidade política e social brasileira. Sua primeira coordenação era chamada de Grupo de Centralização, composto pelos seguintes membros: Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, Alpinolo Lopes Casali e José de Almeida Camargo. Coube a Plínio Salgado o posto de primeiro presidente do SEP. (CHASIN, 1999).

O perfil político do SEP era eminentemente o de uma entidade que agregava elementos que defendiam teses antiliberais e nacionalistas. Nas discussões periódicas, pretendiam apontar alternativas para a realidade política brasileira que, segundo a visão de seus membros, era controlada pelas antigas oligarquias e pelos remanescentes do movimento Tenentista. Contudo após a fundação do SEP, Plínio Salgado começou a desenvolver um intenso intercâmbio e articulações com outras organizações e movimentos políticos nos Estados do nordeste, em Minas Gerais e no então Distrito Federal (RJ).

Dessa maneira antes mesmo de o SEP lançar seu próprio manifesto oficial, já havia começado as manobras para modificar sua diretriz original de ocupar-se apenas dos debates teóricos. Isso porque na análise de Salgado e da maioria dos membros da SEP, era chegado o momento de a organização também se voltar para finalidades políticas e práticas.

Mesmo enfrentando pequenas divergências internas, Plínio Salgado conseguiu convencer a maioria dos membros do SEP e aprovar uma proposta de uma criação de uma

coalizão de partidos, organizações e movimentos que defendiam as mesmas propostas. Com isto, após inúmeras reuniões e trocas de correspondências, foi fundada oficialmente, no dia 7 de outubro, no teatro municipal de São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB).

O primeiro ano de funcionamento da AIB foi marcado, sobretudo pela tentativa de estruturação e afirmação da organização no cenário político nacional, tanto que a AIB obteve seu registro no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e participou de maneira discreta nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1934. A primeira manifestação pública de destaque da AIB foi realizada em São Paulo em abril de 1933.

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, diversos movimentos fascistas foram fundados na Europa e nas Américas. A ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha criou as condições políticas e ideológicas para o surgimento de partidos similares na Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, México, Chile, Bolívia e Brasil. Embora cada um desses movimentos tivesse suas peculiaridades locais e nacionais, no conjunto pode ser tipificados como variações de uma mesma matriz ideológica. (PANDOLFI, 2007, p.44)

Naturalmente não podemos comparar o impacto político do fascismo na Europa com o que foi produzido no Brasil, mas há que levarmos em consideração o contexto mundial para analisarmos o caso do Brasil.

O pesquisador Maio aponta as vertentes estudadas do integralismo, a primeira mostra em detalhes as especificidades brasileira do movimento fascista, na conjuntura do período entre guerras e como parâmetro a aceitação clássica do fascismo europeu (Trindade, 1974), a segunda recusa a associação entre fascismo e integralismo, estabelecendo vínculos entre capitalismo retardatário e emergência de movimentos de extrema direita (Chasin, 1978, Rago, 1979), a terceira estuda o integralismo como uma imitação singular do fascismo do contexto do capitalismo dependente das décadas de 20 e 30, já outro pensamento procura demonstrar a forte correlação entre integralismo e totalitarismo (Araújo, 1988. MAIO, 2007).

Os estudiosos deste período estavam inquietos, descreditavam na democracia liberal, influenciados pelo conservadorismo europeu. Desta maneira a AIB trouxe muitos simpatizantes do pensamento autoritário graças às críticas à democracia liberal e ao comunismo.

Assim:

Os integralistas exerceram papel fundamental no desenrolar dos fatos que levaram à instauração do regime autoritário estado novista em novembro de 1937. Foram

parceiros importantes do governo Vargas no combate ao liberalismo e ao comunismo. Todavia o movimento integralista, por seu caráter mobilizante e sua estrutura organizacional à semelhança a corporação militar, se destacava ainda por ter serviços de espionagem e articulação com os países do eixo nazifascista que suscitavam receio dentro do governo. (MAIO, 2007, p. 48)

Segundo Natalia R. Cruz o advento da Ação Integralista Brasileira deve ser associado a junção dos elementos sociais, econômicos, políticos e culturais deste período. Os reflexos da crise econômica mundial no Brasil, as revoltas das camadas populares, o surgimento dos políticos radicais como a ANL e o PCB, neste sentido, se consolida os ideais autoritários tendo como modelo o nazismo e o fascismo. (CRUZ, 2012).

O integralismo estava estritamente pautado no conservadorismo moderno, amparados em um Estado forte capaz de combinar os corpos sociais, um projeto de nação que incluísse os interesses industriais e controlasse a população.

Portanto:

Acredito que se deve problematizar o uso ou não do conceito de fascismo para designar a AIB. Por um lado, o integralismo apresentou características dos movimentos designados de fascistas, como o nacionalismo exarcebado, o autoritarismo, a intolerância a combinação de crítica ao capitalismo e ao comunismo, a ideia de revolução associada a uma perspectiva conservadora da organização socioeconômica e uma constante mobilização das massas em torno da doutrina e das lideranças do sigma. Mas por outro, a ligação aos valores do espiritualismo e ao cristianismo, associada a certa nostalgia da Idade Média, um conservadorismo clerical, especificamente o franquismo (Espanha) e o salazarismo (Portugal), que, no entanto, prescindiram de uma intensa mobilização de massas. (CRUZ, 2012, p. 51-52)

O pesquisador Maio ressalta que a definição de integralismo é derivada de integral, conotando totalidade, no combate a democracia dos partidos a favor de uma sociedade totalitária. Utilizavam a letra grega, o sigma, de soma, insinuando a união de todas as ideologias, acima das diferenças. Havia também a saudação com o braço direito esticado acompanhado com o grito de guerra Anauê. (MAIO, 2007).

Entretanto primava a permanente mobilização com desfiles coreografados, comícios disciplinados, bandeiras, canções, estandartes, uniformes, participavam de programas de rádio e jornais com dois importantes nomes do movimento: A Ofensiva e Ação.

Este processo revelava ao integralismo sinônimo de modernidade, contrapondo a forma oligárquica de fazer política.

1.10. Integralismo e Eugenia

As ideias eugênicas tiveram grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros, sempre foram difundidas de modo irregular e descontínua. O primeiro Congresso Nacional de Eugenia reuniu-se apenas em 1929, até 1930 a propaganda eugênica fazia-se de maneira desordenada e através de artigos.

Com a criação do movimento integralista na década de 1930, AIB, promoveu inúmeras publicações por todo o país destinadas a doutrinação de seus membros e também à divulgação de seus projetos e ideais. Com o propósito de reconstrução nacional, teriam que resolver o problema da questão racial.

Para conseguir resolver os problemas de cunho racial, a AIB encontra uma maneira muito sutil de lidar com a questão. Pautados na base familiar e religiosa, o próprio lema do movimento ‘Deus, Pátria e Família’ se encarrega de unir estas noções, realizando a defesa de uma moralidade associada à família, ao cristianismo e ao Estado, compreendido como sinônimo de nação e Pátria.

Portanto:

O integralismo retirou a discussão sobre a questão racial do campo das ciências e da razão e transportou-a para o campo da moral e dos valores, dando-lhes um aspecto humanitário. Essa operação ideológica possibilitou ao movimento combinar a defesa de princípios racistas e excludentes com a negação do racismo como parte de seu ideário. A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu imperialismo racista. (CRUZ, 2012, p. 54)

Na obra que chamou de Integralismo e Catolicismo, Gustavo Barroso apresentou as bases da organização e programa doutrinário e de ação as quais defendiam a propriedade privada para dar firmeza e estabilidade à instituição familiar. As bases repeliam o divórcio e o enfraquecimento da autoridade moral paterna como parte dos fatores responsáveis por corromper a família e, conseqüentemente ameaçar a sociedade inteira.

O saber médico, por outro lado, não constituía um corpo doutrinário e expressava-se por meio de debates e polêmicas a respeito do que a miscigenação e controle da hereditariedade e a conduta higiênica e sexual dos indivíduos eram capazes de fazer pela constituição racial da população.

A seleção matrimonial seria o momento em que se exercitaria o controle da hereditariedade. As publicações médicas divulgavam, o princípio que tornava a instituição familiar como um instrumento para a execução de um projeto racial para a nação e, conseqüentemente um alvo de intervenção e controle. Renato Kehl, o mais radical dos eugenistas do período, assim se expressava no boletim de eugenia: “Não é exagero dizer-se que nas mãos dos noivos se acham as luzes e as trevas da prole. São aqueles que, no consórcio de caracteres ótimos dão nascimento de filhos fortes e belos, como os portadores de taras e degenerações, dão nascimento a idiotas, a aleijões, a monstriparos de toda sorte”.

Segundo Endrica Geraldo, ao elaborarem seus projetos, os eugenistas utilizavam argumentos biológicos no sentido de reorganizar as diferenças sociais. (GERALDO, 2004).

Os integralistas procuraram, portanto, envolver a instituição familiar tanto para efetuar suas propostas biológicas baseadas no controle da hereditariedade, quanto na propagação e perpetuação do caráter ideológico deste processo.

Desta forma defende-se um acesso feminino à educação, desde que voltados para o bem estar da família, conhecimentos de práticas higiênicas para gerar filhos saudáveis. A partir destas ideias, afirma-se que a sexualidade é uma obediência a natureza.

O respeito e o bem estar da família consolidariam relações conjugais harmoniosas, portanto, mais saudáveis para a constituição da desejada raça nacional.

Respeitar essa natureza significava também, não contestar as diferentes funções sociais de homens e mulheres. A interiorização de valores hierárquicos das relações sociais nas relações familiares foi engendrada, assim, como mais uma maneira de neutralizar relações de dominação, exploração e exclusão, historicamente construídas.

Segundo Endrica a atenção que integralistas e eugenistas atribuíram a instituição familiar e ao temor quanto à existência de fatores que provocassem sua desagregação, aponta para uma concepção na qual a vida privada deveria ser submetida ao projeto de um Estado autoritário, centralizado e intervencionista e onde o direito coletivo deveria estar acima de qualquer forma de direito particular. Ambos acreditaram que a família constituía peça fundamental na reprodução de características desejáveis de uma raça forte e de valores e comportamentos essenciais para uma nação livre de atrasos, de divisões e de conflitos fossem raciais, sociais ou políticos. (GERALDO, 2004).

A preocupação dos integralistas com o tema família, casamento e moral apontam para o objetivo da preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade e depuração do homem e da nação brasileira. Torna-se claro que os argumentos referentes à proteção da família, ou simplesmente a regeneração racial estavam associados a um projeto de intervenção social, projeto de nação eugênica e de hierarquia social. Este estava baseado na concepção segundo a qual o direito e a liberdade individuais deveriam estar subordinados a interesses nacionais, legitimando um Estado centralizado e interventor.

Segundo Endrica Geraldo, desenvolveu-se um aproveitamento da participação marcante das mulheres no movimento integralista. A existência de departamentos femininos na AIB e a criação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos, em 1936, marcam a definição de seu espaço e da ‘missão’ a cumprir. A criação desta secretaria atendia aos projetos de educação e alfabetização promovida pelos integralistas e respondia especialmente às necessidades da campanha eleitoral para eleições de 1937. (GERALDO, 2004).

Como um processo de identidade para o movimento, onde se destacava a participação das mulheres que, dentro das escolas, ambulatórios e creches integralistas, pretendiam, através de ações filantrópicas e educacionais, atender as necessidades da população e agregar novos adeptos para o partido. (CRUZ, 2012, p.71)

Além da alfabetização, destinada para aumentar o número de eleitores militantes, a atuação das mulheres também ocorria nos serviços de assistência médica e atendimento a crianças carentes. As mulheres e as crianças eram também organizadas em milícias, que participavam de desfiles integralistas.

Esta participação mostra-se especialmente intrigante, sobretudo se levarmos em consideração o fato de que os movimentos de extrema direita, neste período, primavam pela autoridade masculina e pela exaltação da virilidade.

Foi neste contexto que, assim como os eugenistas, os integralistas compreendiam o acesso da mulher à educação. Por outro lado, esses grupos não deixaram de incorporar certas críticas femininas quanto à vida em família e quanto a um papel mais ativo na sociedade. A intenção clara neste processo era, no entanto, revalorizar o casamento, a presença feminina na esfera doméstica e, ainda, reafirmar as diferenças de gênero. A atuação integralista teria, então, procurado e talvez conseguido exercer algum efeito na contenção

desse processo de reivindicações e transformações em relação à questão da moral da família e da mulher.

Outro fator de normatização que é necessário ressaltar é o combate ao comunismo pela AIB, uma das principais formas de combate ao comunismo, acontecia através da palavra impressa, tendo em vista que a imprensa era (e é ainda) uma forte arma de difusão ideológica. A AIB utilizou os meios de comunicação como um recurso eficaz para combater os seus inimigos, ou seja, disseminando a aversão de um determinado inimigo em jornais, livros, revistas, programas de rádio, não só os combatiam como também ampliavam a sua influência sobre o público alvo.

Rosa Cavallari destaca a função da imprensa dentro da AIB, a palavra impressa, isto é, o livro e o jornal ocupavam um lugar de destaque na rede constituída pela AIB. Era principalmente por meio de seu intermédio que a doutrina chegava até o militante. O livro veiculava as ideias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. (CAVALARI, 2004).

Além do jornal e do livro, as revistas também desempenharam um papel de destaque na difusão ideológica, essas poderiam ser voltadas ao público em geral, como a revista Anauê. O comunismo foi enfaticamente combatido nas publicações integralistas, sendo apresentado como uma força que visava destruir os conceitos morais, sociais e religiosos (Deus, Pátria e Família). Através desta mídia apresentavam ao povo a destruição da sociedade no mundo todo, mediada pelo comunismo, discutiam amplamente acerca o regime soviético e como as pessoas viviam nas ‘garras’ deste regime.

O comunismo surgia então como um desagregador da família, como uma besta, que não cessaria até a destruição completa daquilo que os integralistas consideravam as bases do seu Estado Integral, o núcleo central da sociedade que pretendiam programar, a célula mater: a família. (CAVALARI, 1999, p. 61)

Além de ser entendido como o destruidor de lares e famílias, considerava-se o comunismo como uma força que visava à destruição da sociedade e dos costumes, uma força internacional que se espalhava pelo mundo ‘destruindo e dizimando’. Sabe-se que o jornal integralista O Povo grande parte das matérias destinavam-se ao combate do comunismo.

Segundo Cavallari, o intuito das matérias era deixar a população em pânico, pois ao mesmo tempo em que o comunismo se expandia no mundo, ele rondava o Brasil. Um trecho do jornal do O Povo: “ Denunciaremos insistentemente, impertinente as atividades e os planos comunistas no Brasil. Se o governo tivesse aceitado nossas

informações, teríamos apontado todas as cabeças do movimento (Intentona Comunista). Tínhamos sob nossas vistas todos eles, e, podíamos localizá-los a qualquer momento. Forneceremos se for necessário, documentação do que afirmamos.” (CAVALARI, 2004).

A partir de todo esse perigo comunista que rondava o Brasil, surgia o integralismo, centralizado na figura de um Estado forte e nacional (contrário ao comunismo internacionalista) que defendia a população, o país, os costumes a moral, contando com o amparo ‘divino’.

Os integralistas apresentavam-se como a força redentora que traria a ordem e a paz no Brasil e poria fim a esse inimigo poderoso. Nesse contexto, o fascismo assegurava-se como uma força que lutava ao lado do integralismo para que o comunismo fosse derrotado.

1.11. A ANL (Aliança Nacional Libertadora)

Com o início da “Revolução” de 30 cresceu o espaço de participação política, vários setores da população se organizaram politicamente, buscando alianças por lideranças nas ruas. A tradição republicana brasileira era de movimentos militares, portanto não se descartava a possibilidade do uso de armas.

É nesta conjuntura pela luta da hegemonia política que surge os levantes de novembro de 1935, seus principais participantes: o PCB e a ANL.

O PCB Partido Comunista do Brasil que se originou em março de 1922, formados por pequenos seguidores do anarco sindicalismo. Inspirados na Revolução Socialista na Rússia, tentaram filiar-se à Internacional Comunista (IC), neste primeiro momento não conseguem se filiar, no Congresso da IC, em 1924, é que foram aceitos como membros da IC.

Vladimir Ilitch Lenin fundou em 1929 a Terceira Internacional Comunista posicionando-se pelo internacionalismo e contra as posições dos membros da Segunda Internacional que apoiaram as burguesias nacionais e seus respectivos países ao participarem da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Marly de Almeida Vianna, após a conferência de 1929 a liderança do PCB foi mudada, pois a liderança de Astrojildo Pereira e Otávio Brandão em favor da aliança com os tenentes foi considerada abusiva pela IC e se deu início ao processo chamado ‘processo de proletarização’ que quase findou com o PCB. Os representantes da IC e alguns comunistas influentes decidiram que a liderança do partido deveria ser de operários e /ou

filhos de operários. Esta política de proletarização desmoronou o PCB ao ponto de a IC interferir novamente no país para reorganizar o partido em 1933. Esta reorganização foi realizada a partir de uma política que não via com simpatia a união com outras forças de esquerda cuja estratégia era a criação de um governo de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros. (VIANNA, 2007).

Com o acirramento das lutas antifascistas e anti-integralistas, em especial em 1934, embora a direção do PCB continuasse a repetir a palavra de ordem da Internacional Comunista por um governo de soviets, seus militantes, na prática, desobedeciam as tais diretivas pois, em conjunto com outras forças democráticas, participavam das lutas de rua contra os integralistas. E as ações de rua se multiplicaram. A 7 de outubro de 1934, em São Paulo, quando tentaram comemorar os dois anos da fundação da AIB, os integralistas foram impedidos pelo conjunto dos antifascistas. Esse acontecimento que ficou conhecido como ‘a batalha da Praça da Sé’ fortaleceu a unidade de diversos grupos de esquerda. (VIANNA, 2007, p.74)

Durante estes confrontos a cúpula partidária estava em Moscou, para participar do VII Congresso da IC, este congresso fora adiado, então houve uma reunião com o secretariado da IC e delegados dos países latino americanos para traçar diretivas de ação.

Após 1929 os comunistas brasileiros tiveram atuação independente da IC, na “Revolução” de 1930 os comunistas não participaram efetivamente declarando que aquela era uma “revolução” de imperialistas e que nada tinham a ver com ela, pois mesmo na ocasião Luís Carlos Prestes que já havia aderido ao comunismo ter tentado se aproximar do PCB, a direção do partido não queria alianças com Prestes e após uma necessária reorganização do PCB em meados de 1933 e 1934 e uma reunião do secretariado da IC, Luís Carlos Prestes conseguiu ser admitido como membro do partido, pois havia se tornado um mito nacional a partir de sua atuação na coluna Prestes e esta reunião de Moscou e entrada de Prestes no PCB foram decisivos para os levantes de 1935.

Neste período, dirigentes do partido realmente acreditavam que o país estava prestes a uma revolução, pois eram este discurso que transmitiam para Moscou na IC, isto fez com que, de certa forma o PCB visse um movimento que na verdade não existia, contavam com o apoio em massa da classe operária, no Nordeste com os homens de lampião com um governo enfraquecido, acreditavam em um Brasil comunista, mas na verdade não foi o que se viu, pois os levantes de 1935 estavam enraizados no movimento tenentista do que no comunismo realmente. O partido do PCB teve fundamental e importante participação nos levantes, porém, segundo Marly Vianna, idealizou o movimento comunista no Brasil com

fortes influências do comunismo da Europa, principalmente da Rússia, o movimento comunista brasileiro tinha toda uma especificidade, tanto nas participações como na sua formação, além do que a sociedade estava muito aquém dos ideais comunistas e a política nacional era totalmente enraizada no elitismo, coronelismo e paternalismo, com uma formação histórica de escravismo, estes ideais comunistas europeus não se realizaria da mesma forma no Brasil. (VIANNA, 2007).

A importância do pensamento e da ação tenentista que levaram ao levante de 1935 é clara, os militares participaram do movimento, sem nenhum vínculo com o PCB, fizeram por acreditar que foram traídos na “Revolução” de 1930 e precisam regenerá-la com o líder revolucionário e tenentista Luís Carlos Prestes.

Em março de 1935, o PCB encorajou a formação da Aliança Nacional Libertadora, primeira frente nacional brasileira em larga escala, organizada segundo os princípios da nova política internacional do *Comintern*. Luís Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL e o porta voz da proposta foi o estudante e comunista Carlos Lacerda. O programa nacional da ANL refletia a opinião das esquerdas brasileiras de que o Brasil era subserviente ao sistema capitalista internacional, é típico que não se exigisse que as empresas opressoras de capital brasileiro fossem também confiscadas e nacionalizadas. Além disso os estatutos da ANL exaltavam a defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, em particular, exigindo melhores salários, impostos mais baixos, reforma agrária, nacionalização das riquezas do subsolo. A imprensa da ANL que compreendia dezenas de jornais dirigidos pelo PCB ou simpáticos a sua causa apontava como inimigos do povo brasileiro as companhias estrangeiras e seus agentes, os latifundiários, os integralistas e seus aliados.

Muitos dos fundadores da ANL eram estranhos aos quadros do PCB, o qual não considerava a Aliança um veículo ideológico, mas um simples expediente de agitação, um meio de criar uma atmosfera propícia a atividades futuras, esse sim de natureza revolucionária e orientação partidária. A diferença estava na questão do poder, os comunistas propunham a tomada do poder por um governo popular, enquanto os tenentes não falavam de tomada de poder e seu entendimento da luta democrática era bastante vaga, entendiam como uma luta pela moralidade dos costumes políticos. O sucesso da ANL amedrontou o governo, fazendo com que elaborasse e aprovasse a Lei de Segurança Nacional (de abril de 1935), mas tentando identificar a ANL e o PCB para poder combatê-las.

Segundo Marly de Almeida Vianna, assim que Prestes assumiu sua participação na ANL é que o PCB ingressou realmente na organização e os rumos das atividades da ANL

mudaram. Embora por perspectivas diferentes, Prestes e os tenentes entendiam que a luta armada o caminho para alcançar seus objetivos. (VIANNA, 2007).

Vários militares, integralistas e aliancistas começaram a expressar-se politicamente, fato que colaborava para os conflitos armados para resolver problemas políticos brasileiros.

Os assessores do governo Vargas espalhavam boatos sobre golpes. Preocupavam-se com as conspirações militares, e também com oficiais que não possuíam vínculos com a ANL e o PCB, o governo do Rio Grande do Sul, teria escrito uma carta para alertá-lo sobre conspirações generalizadas em todo o país com o propósito de derrubá-lo e instaurar uma ditadura militar ou outro regime.

A oito de junho a ANL, publicou com seu programa e estatuto, a carta de adesão de Prestes a organização. Entre outras coisas, dizia-se que o povo faminto e oprimido levanta-se num brado uníssono, chamando contra o imperialismo, que rouba e explora, ameaçando-o revolucionariamente. Dizia-se ainda que, no caso da tentativa de golpe fascista, o exército nacional popular e anti-imperialista marcharia ao lado do povo e implantaria um governo popular. (VIANNA, 2007, p.85)

Realizou-se um grande comício aliancista em Petrópolis, para apoiar os grevistas, os integralistas atiraram nos participantes, deixando muitos feridos. A grande quantidade de pessoas que agitavam em frente a ANL, percebia-se que poderiam fazer uma insurreição, pois o movimento foi aderido em todo o país, chefiado por líderes tenentistas, sendo assim, o governo resolveu acabar com a ANL.

No dia 27 de novembro de 1935 estoura no Rio de Janeiro a rebelião que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, no mesmo mês ocorre o Levante no Rio Grande do Norte, onde teve o fato importante da desorganização do próprio movimento e a maior parte da população na verdade nem sabia o porquê do levante, muitos aderiram por medo, outros por oportunismo, a maioria não tinha ideia dos ideais do movimento, isto fez com que o movimento se tornasse um movimento totalmente desorganizado e após alguns dias o movimento se enfraqueceu, já em Recife também no mesmo mês com agitações operárias e militares foi comandado pelo jovem Tenente Lamartine Coutinho e depois de tomarem o quartel os revoltosos começaram a distribuir armas aos curiosos, assim como o movimento de Natal o de Recife não tinha a organização necessária para um levante, pois aqui também o povo não entendia muito bem o que estava ocorrendo, apesar de ser mais politizado, o movimento em Recife tem fim com os seus revoltosos presos no dia 27, na mesma data dos Levantes no Rio de Janeiro.

Basta seguir estes acontecimentos para entender que os levantes estavam longe de ser uma conspiração ordenada por Moscou como a imprensa e o próprio governo propagava, pois em Natal o movimento foi desorganizado e de questões políticas, no de Recife foi também questão política regional e demonstrando o total despreparo do próprio movimento, e enquanto isso no Rio de Janeiro as notícias começaram a chegar sobre estes levantes mais eram vagas, e apesar disto Prestes decidiu pelo Levante na madrugada de 27 de Novembro no Rio de Janeiro com uma maior organização com data e hora marcada o movimento não se deu da forma como Prestes havia organizado e pensado, pois contava com um apoio de antigos companheiros o qual não teve, a resistência nos quartéis foi grande e isto também não estava nos planos de Prestes, a marinha também não aderiu ao levante e a população não tinha ideia do que estava acontecendo, o levante do Rio também foi derrotado.

Os revolucionários estavam certos de que poderiam ainda continuar a luta e que a vitória seria possível, o PCB achava que a derrota nas Insurreições se deu devido a prematuridade das ações porém neste momento começa a violenta repressão ao movimento com prisões, torturas, em dezembro de 1935, com a prisão de membros de direção do partido, Prestes inicia a sua fuga juntamente com Olga Benário, e após uma busca incessante Prestes e Olga foram presos em março, levados para o DOPS e lá separados foi a última vez que se viram, meses depois Olga foi entregue aos nazistas grávida de Prestes foi assassinada em um campo de concentração.

Portanto apesar das participações dos comunistas, Marly Vianna ressalta que a insurreição não teve nem um caráter socialista. Os tenentes é que estava no comando, a luta de exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia, pão, terra e liberdade.

Devemos considerar a luta dos rebeldes de 1935, contra as injustiças sociais, da indignação perante as desigualdades sociais, a origem dos erros políticos fora consequência da falta de cultura política brasileira, e considerar que houve homens que lutaram por seus ideais.

Vivemos hoje novas formas de vida, novos regimes precisam criar identidades que se adaptem a eles. Daí que é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. Como dizia George Orwell, estamos em uma idade em que o presente controla o passado. Altera-se a história para servir a interesses de alguns poucos grupos. É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas. (HOBSBAWM, A Era dos Extremos).

2. O Partido Nazista

A história dos imigrantes alemães na sociedade brasileira revela a forma que este grupo foi abraçando modelos socioculturais de origem germânica e por que parte desta sociedade acabou se espelhando em modelos da sociedade original, filiando-se ao nacional-socialismo, mesmo vivendo no Brasil. Esta história expõe os padrões de nacionalidade, cidadania e pertencimento que marcou a história deste povo conduzindo-os ao nazismo.

O nazismo localiza-se no quadro do fascismo internacional, aponta para um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário, isto é, é um movimento que nasce na fase imperialista do capitalismo, fortalecendo as condições de importação do capitalismo monopolista de Estado, precisando para isto de condições específicas de uma sociedade de massas de consumo dirigido, além do relacionamento entre o capital bancário com o capital industrial, ou capital financeiro.

Segundo Santana, o nazismo evidencia-se ainda pela aglutinação dos interesses de diversos setores da burguesia e de movimentos de força compostos por ex-soldados, grupos militares e paramilitares (Seção de Assalto-SA). (CRUZ, 2012)

Os grupos destes movimentos exploram em suas propostas políticas, os descontentamentos nacionalistas, mostrando defesas de interesses nacionais, assim diminuem seus problemas a inimigos comuns, ex: a Primeira Guerra Mundial por culpa dos liberais, socialistas e comunistas.

Segundo diversos autores nascem à necessidade de um ‘bode expiatório’, o resumo do que há de verdadeiramente mau no capitalismo: o judeu, o sionismo internacional. Sendo assim, criou-se m Estado forte para controlar toda a economia nacional e diminuir as disputas entre o capital e o trabalho através do corporativismo. Reconheceu-se o partido com a nação e a força do Estado se consolida na figura do Führer. Assim, o Estado nacional-socialista- o Terceiro Reich, foi um Estado nacionalista, totalitário, imperialista e militarista, fundamentado no racismo antisemita.

O início do partido nazista foi em 1919 na Baviera, fundado pelo ferroviário Anton Drexler com o nome de partido operário alemão, em fevereiro de 1920 Hitler tornou-se dirigente do partido, alterando o nome para Partido Operário Alemão Nacional- Socialista (*National- Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei- NSDAP*), em abril deste mesmo ano. O que motivou a criação deste partido foi à crise nacional causada pela derrota na Primeira Guerra, pelas imposições no Tratado de Versalhes e pela queda do imperador, e as investidas dos comunistas alemães em busca de poder.

O NSDAP em 1920 diversificava suas propostas políticas, de nacionalistas, conservadores e da esquerda alemã, utilizando os discursos de esquerda para sua publicidade.

Entre os 25 pontos do programa do partido nazista:

Destacam-se as preocupações de fundo nacionalista e racista, como por exemplo: o terceiro ponto do programa referia-se à necessidade do espaço vital; o quinto ponto exigia a exclusão dos judeus da comunidade alemã; o 13 fixavam-se na nacionalização das indústrias monopolistas e o 14 na participação dos trabalhadores nos lucros das grandes empresas. Com o tempo, os principais pontos relacionados às mudanças de caráter socialista forma sendo eliminados, e as palavras de ordem de caráter conservador conquistaram o domínio da ideologia do Estado. (SANTANA, 2012, p.120)

No ano de 1923, Hitler tenta o golpe de Estado, porém é preso por seis meses, período que escreve ‘minha luta’, por conta dos fracassos do *Putsch* de Munique até 1928, o Partido Nazista volta a crescer.

Em 1927 e 1928, o Partido Nazista se estrutura politicamente o que o caracterizaria nos anos a seguir o que lhe permitiu a expansão.

O território alemão foi dividido em 34 distritos (*Gau*) chefiados pelos respectivos chefes de distrito (*Gauleiter*). Cada distrito subdividia-se em muitos *Kreise*, subdistritos administrativos chefiados por *Kreisleitern*, que por sua vez eram formados por *Ortsgruppen* (grupos locais), que se subdividiam em células de bairros e de fábricas. (SANTANA, 2012, p. 120)

Após a crise capitalista de 1929, a influência nazista cresce em 1932 Hitler explica seu plano político aos líderes do capital financeiro alemão, neste mesmo ano, os nazistas sofrem uma derrota nas eleições legislativas, porém o capital financeiro os apoia, em janeiro de 1933, *Hindenburg* nomeia Hitler chanceler.

O caminho para a ditadura delineou-se logo após *Hitler* assumir a chancelaria. Quando ocorreu o incêndio do *Reichstag* (Parlamento alemão), em fevereiro de 1933, rapidamente os nazistas e as autoridades denunciaram que este crime fora perpetrado pelos comunistas e era o prenúncio de uma tentativa de golpe. Segundo Salun, Hitler convenceu o presidente *Von Hindenburg* de que havia uma ameaça e que era necessário concentrar poderes em suas mãos mediante um decreto emergencial que foi assinado em 28 de fevereiro (Decreto para a proteção do povo e do Estado), autorizando o chanceler a proceder de forma autoritária na investigação dos criminosos que haviam incendiado o *Reichstag*, suspendendo os direitos individuais e de propriedade. (SALUN, 2011)

Assim, ficava temporariamente suspensa a constituição democrática da República de Weimar e os poderes dos Estados (*Länder*) foram transferidos para o governo do *Reich*, sob a autoridade do Presidente *Von Hindenburg* e do chanceler Adolf Hitler.

Sob a aparência da legalidade, os nazistas perseguiram, prenderam e assassinaram deputados e simpatizantes do KDP (Partido Comunista Alemão). Os jornais e sindicatos ligados ao partido foram fechados, a sede do partido chamada casa Karl Marx foi ocupada pela SA e ocorreu a prisão de quatro mil pessoas, identificadas como agentes comunistas, dos quais muitos foram internados em campos de concentração.

Segundo *Alexander Grand*, depois do banimento do Partido Comunista, em março, foi a vez de o Partido Social Democrata sofrer o mesmo destino. Assim, os principais opositores de esquerda e que possuíam um aparato partidário e militar para fazer frente ao avanço nazista caíram de forma grotesca e seus líderes que se hostilizaram, durante toda a república de Weimar, continuaram a se culpar mutuamente pela ascensão do NSDAP, mesmo que dentre as lideranças dos comunistas, ainda muitos acalentassem o sonho de que ‘essa era a vez dos nazistas e depois seria a oportunidade da Revolução Socialista’. (GRAND, 2001).

Em 14 de julho, um novo decreto proibiu o funcionamento de qualquer partido, exceto o Partido Nazista. Era o início da ditadura, que, na realidade, não se diferenciava dos projetos nacionalistas e militares alemães desde 1929, que pretendiam um governo forte e autoritário. Em outubro, o Parlamento foi formalmente dissolvido e, no mês seguinte, se promoveu um plebiscito que indicou um nível de aprovação à política nazista de 95%.

Com a criação do ministério do Reich para o Esclarecimento do Povo e Propaganda, em 13 de março de 1933, sob a chefia de Joseph Goebbels, os atos governamentais recebiam um tratamento especial na imprensa e as rádios dedicavam parte de sua programação para os discursos oficiais de Hitler e líderes do Partido Nazista, para esclarecer e tranquilizar o povo alemão.

Este foi à representação de um Estado totalitário, militarista e imperialista, o mito da raça ariana foi criado como disfarce ideológico do imperialismo. O sentimento nacionalista juntamente com o pangermanismo encontrou expressão no racismo. Um dos objetivos principais do III *Reich* além do imperialismo expansionista era a destruição das raças inferiores, o que nos faz questionar sobre como o nazismo poderia se instalar em um país mestiço como o Brasil?

2.1. Estrutura do Partido Nazista no Brasil

Na década de 20, a ideologia nazista começa a influenciar o pensamento da colônia alemã no Brasil, através da *Volksbund fur das Deutschum im Ausland* (órgão de imprensa desta colônia). Mas é no início dos anos 30 que o nazismo no Brasil irá se consolidar no país com a fundação da *Ausland Organization* (AO- Organização no exterior)

O *Landesgruppe* do NSDAP (grupo nacional do partido nacional socialista) tinha por função coordenar toda a ação partidária no exterior e possuía uma divisão geográfico hierárquica semelhante a NSDAP na Alemanha, funcionou legalmente de 1928 a 1938, quando foi proibido. Segundo Dietrich, o partido até 1933 priorizou o combate ao comunismo e o favorecimento das eleições de Hitler. Desde então, tornou-se essencial chamar o alemão no exterior a participar da grande comunidade nacional. Não importaria o lugar onde os alemães residiam, mas sim os laços de sangue. Tendo o dever de prestar fidelidade a Pátria Mãe. (DIETRICH, 2007).

De acordo com Jurgen Muller, uma sistematização da ação partidária no exterior, ocorrida nos primeiros anos da década de 30, trouxe resultados positivos para a NSDAP. A possibilidade de se buscar novos militantes e de incorporar o quadro oficial os indivíduos não registrados ampliou as fileiras além-*Reich*: até 1930 apenas 486 pessoas em todo o mundo ingressaram na Organização; em 1934 já existiam 867 apenas no Brasil. (Muller, 1981).

Podemos encontrar ‘partidos nazistas’ (entendidos como seções externas da NSDAP central, enquadradas na hierarquia por meio da AO) nos países vizinhos da Alemanha, como Tchecoslováquia e Áustria, assim como nos Estados Unidos, México, Argentina, Paraguai, Brasil, Nova Zelândia etc. A lista é bem maior. Nosso interesse com isto é ressaltar que a ideia de se criar uma organização partidária fora da Alemanha está diretamente relacionada com a presença de imigrantes alemães nessas regiões- pelo menos no que diz respeito aos intuitos centrais do Partido. Como já afirmamos acima, não havia qualquer razão dentro da doutrina para apregoar o nazismo aos indivíduos sem ‘sangue alemão’.

No caso brasileiro, autores da década de 1930 e 1940 colocam a origem do grupo nacional do Partido ligada a casos individuais. Contudo a historiografia mais atual conseguiu precisar que, em 1928, a cidade de Benedito Timbó, no Estado de Santa Catarina, sediou o primeiro grupo da NSDAP.

Segundo Atháides, após Timbó, outros núcleos surgiram: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, São Francisco, Porto União, Joinville e Salvador. É importante ressaltar

que a montagem desses embriões organizacionais se dava de forma autônoma, ou seja, até 1933 os próprios grupos reuniam-se para escolher lideranças, enviando os nomes para o crivo de Berlim, além de se reportarem diretamente ao Partido na Alemanha. (ATHAÍDES, 2011).

Esta organização nazista se baseava na estrutura política da Alemanha.

Em países onde o número de alemães era muito grande, existiam ainda os círculos. No Brasil os círculos acompanhavam a divisão do país, sendo uma para cada estado. Nas grandes cidades, havia células-dirigidas por um chefe de célula, que se dividia em blocos quarteirão. Assim as células ficavam uma em cada bairro ou no interior do estado, e cada bloco tinha um chefe para ruas extensas ou localidades afastadas, com reduzido número de alemães. Aparentemente um número significativo de partidários ficava reunido dentro dos blocos. (SANTANA, 2012, p.124)

Entre agosto de 1933 a maio de 1934, o Brasil foi redividido em direções regionais e pontos de apoio: Círculo I- Rio de Janeiro; Círculo II- São Paulo; Círculo III- Paraná; Círculo IV- Santa Catarina; Círculo V- Rio Grande do Sul, Círculo VI- Bahia; Círculo VII-Pernambuco.

Além do partido propriamente dito, funcionavam no Brasil instituições alemãs, muitas delas ligadas hierarquicamente ao partido. São elas: *Winterhilfe* (ajuda de inverno), Frente de trabalho Alemã, *Frauenschaft* (Associação de Mulheres Nazistas), *Hitlerjunged* (juventude Hitlerista), *Lehrerschaft* Associação de professores Nazistas). Estas instituições seguiam o modelo e norma das instituições nazistas alemãs.

Suas ideias eram propagadas por meio do jornal semanal que funcionava como um órgão oficial, o *Deutscher Morgen* (Aurora Alemã) publicado em São Paulo entre 1932 a 1941, tendo como público alvo a comunidade alemã.

Era objetivo de o partido fazer propagandas através dos jornais, revistas com a ideia nacional-socialista, interessava passar a ideia de uma nova Alemanha, com ascensão econômica, com empregos, diferente do caos dos anos de 1920 da República de Weimar, que sofria com as cláusulas severas do Tratado de Versalhes, período em que alguns alemães deixaram sua terra rumo à América. A propaganda mascarava os conflitos sociais, os problemas do III *Reich*, mostrando a nova Alemanha.

Existiram no Brasil dois grandes fluxos imigratórios dos grupos de alemães que chegaram ao Brasil até 1930. O primeiro se intensificou na segunda metade do século XIX. Este tipo de imigração caracterizada como de povoamento que se formaram diversas colônias agrícolas de alemães espalhadas pelo território brasileiro, sobretudo no sul do Brasil. “Na década de 1930, os germânicos que haviam chegado neste primeiro fluxo imigratório já

estavam na segunda ou terceira geração. Estes descendentes de alemães passaram a ser chamados teuto-brasileiros”. (DIETRICH, 2012, p.53)

Já o segundo fluxo imigratório se deu nas duas primeiras décadas do século XX. Aqui durante a República de Weimar (1919-1933) tínhamos uma Alemanha em crise econômica com as consequências do Pós Guerra. No entanto, o Brasil estava em pleno desenvolvimento industrial, no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, com a demanda de mão de obra qualificada, muitos alemães que imigraram no segundo fluxo abriram comércios, trabalharam em bancos, nas ferrovias, etc.

O elo com a pátria era maior, este grupo se diferenciava dos teuto-brasileiros da primeira onda imigratória denominando-se como *Reichsdeutsche* (alemães do Reich), em contraposição aos teutos, denominados como *Volksdeutsche* (alemães do povo). Somente os *Reichsdeutsche* podiam participar dos partido políticos, daí entendemos porque a grande concentração dos partidários em estados como São Paulo.

São Paulo com o maior número de filiados ao partido foi escolhido após 1934 para ser sede do partido.

Em 1939, foram contabilizados 87.024 imigrantes alemães no Brasil, que tinha uma população na época de 30 milhões de pessoas. Segundo o censo de 1940, estes alemães concentraram-se em São Paulo e nos estados do sul sendo 33. 397 (São Paulo), 15.279 (Rio Grande do Sul), 12.343 (Paraná), 11.293 (Santa Catarina). O número de alemães nos estados é proporcional aos germânicos filiados ao Partido Nazista. São Paulo, estado que possuía mais alemães natos em 1940, foi também o de maior número de adeptos (785 filiados).(DIETRICH, 2012, p.52).

Esses números fizeram da seção brasileira da NSDAP a maior fora da Alemanha. Sua estrutura organizacional perdurou até 1938, quando por decreto do governo federal, a NSDAP, até então sem ser incomodada pelas autoridades brasileiras, foi posta na ilegalidade.

Segundo Dietrich, o partido nazista no Brasil, embora tenha funcionado por dez anos sem ser incomodado, tinha por público alvo somente os alemães que residiam no Brasil. Segundo os princípios básicos da AO, os alemães não podiam se misturar na política brasileira, orientação do próprio Hitler. Devido a isto, o partido não entrou em nenhuma campanha eleitoral no Brasil e nem entrou em competição com outros partidos brasileiros. (DIETRICH, 2012).

Pode-se observar que nem mesmo os teuto-brasileiros foram alvos desta ação, contudo a ação do partido estava mais concentrada nos estados onde os teutos estavam localizados, no sul e sudeste do Brasil, 92% dos partidários eram alemães de nascimento.

Os integrantes do partido estavam inseridos nos consulados e embaixadas alemãs no Brasil. O caso destas relações de diplomacia ser conduzidas por membros do partido e seu líder no Brasil, Hans Henning Von Cossel mostra-nos uma função importante ligado ao valor do partido no exterior para a Alemanha. O partido nazista no Brasil era importante para o governo do III *Reich*, pois havia ultrapassado as funções de um partido, ganhando status de um representante alemão.

Segundo Athaídes, se o partido no Brasil representava, em primeira instância, o povo alemão e seu governo, suas ações repercutiam direto nas relações entre Brasil e Alemanha. Fato que poderia explicar, em parte, porque o partido com toda a sua estrutura organizacional, quadro funcional, atividades de propaganda, reuniões, festividades, foi tolerado pelo governo Vargas durante algum tempo e somente foi proibido quando suas atividades entraram em conflito com o projeto de Nacionalização brasileiro e a implementação do Estado Novo. (ATHAÍDES, 2011).

No entanto, o governo Vargas estava preocupado com outros alvos, como o ‘perigo vermelho’ comunismo, e ao consolidar o projeto de nacionalização no Brasil, o cenário se modificou, mudando a realidade de muitos imigrantes considerados não assimilados e que mantinham suas representações sociais, culturais e religiosas, a partir deste decreto, escolas foram fechadas e o uso do idioma alemão foi proibido.

A posição do governo brasileiro perante o partido nazista no Brasil foi mudando durante a década de 1930 e 1940, o partido com a proibição em 1938 entrou na clandestinidade. Com a implementação de vários decretos-leis que visavam nacionalizar os estrangeiros, o alemão passou a ser um perigo étnico, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ele se tornaram inimigos militares e também alvo da polícia política.

2.2. Perfil dos Partidários

Para alguns autores das décadas de 1930-1940, se fizéssemos um questionamento acerca das razões para a existência de organizações nazistas no Brasil, a resposta seria imediata: ‘devido às zonas de colonização alemã no sul do país’.

A associação feita entre os alemães do sul do país e o nazismo insere-se em um construto ideológico, que tem sua origem no século XIX, entendido por muitos historiadores como ‘o mito do perigo alemão’. A ideia de ameaça germânica, salientada, sobretudo, pelos pensadores do ‘embranquecimento’ na Primeira República, visualizava as zonas de

colonização teuta como entrave ao projeto miscigenação, propugnado como solução no processo de europeização do país. Assim os alemães por não se misturarem com a população luso-brasileira e por manterem suas tradições, língua, religião, etc. formavam verdadeiros quistos raciais inseridos no território nacional.

As duas guerras mundiais serviram para reacender a ideia do perigo teuto, contudo nestes momentos, associados a possíveis anexações e golpes internos, engendrados pelos ‘não aculturados’. De outra forma, ganham cada vez mais vozes as ideias de que as colônias germânicas do sul estariam impregnadas de interesses subversivos em longo prazo. Elas teriam se instalado no Brasil, desde o século XIX, com o intuito de construir uma nova Alemanha, anexando, para tanto, o sul do país. Com a política externa agressiva e expansionista dos nazistas, essa ideia atingiu seu ponto nevrálgico, momento que houve especulações absurdas.

Gertz sintetiza esta visão com um ar irônico e interessante:

Os imigrantes alemães que vieram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824 já naquela época era portadores de instruções incisivas para que se distribuíssem estrategicamente pela região, que interligassem residências com túneis secretos e doutrinassem seus descendentes para sabotar a nação brasileira, tudo para facilitar o trabalho do messias que viria uns 110 ou 120 anos depois. (GERTZ, 1989, p. 158).

Tais temores, às vezes fomentados pelos próprios governos, tanto na Primeira, mas, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial, convinhavam para a conjuntura nacional, no sentido da construção de um projeto nacionalista, fomentando identidades e legitimando aparatos repressores.

Em certo sentido, é correto afirmar que a NSDAP visava alcançar os imigrantes, incluindo aqueles concentrados nas áreas de colonização do sul. Entretanto se modificarmos a questão, podemos melhorar nosso foco de observação: quem eram os nazistas da seção brasileira do partido? A resposta não pode ser simplesmente: os alemães da zona de colonização do sul. Parece-nos correto afirmar que o intuito era arregimentar adeptos entre os imigrantes alemães, nesse sentido, comprova-se a afirmativa dos contemporâneos, mas quais imigrantes se inscreveram no partido?

Os trabalhos de Luís Moraes e René Gertz demonstraram que, para o estudo da NSDAP no Brasil, a simples relação número de alemães= Partido Nazista é falha. Se não teríamos no Sul o maior grupo nazista, em nível estadual fora da Alemanha. A relativização de conceito de alemão é extremamente importante no que tange esta questão. Qual o perfil dos alemães pertencentes a NSDAP? Pertencem a qual grupo social? Nasceram no Brasil ou

vieram da Alemanha? De qual geração fazem parte? A partir destas e outras questões abordadas por esses autores, podemos estabelecer, de forma geral, a feição dos militantes do Partido Nazista no Brasil, feição esta que vai de encontro com os vários mitos propagados pela literatura jornalístico-policia da época. (MORAES, 1996. GERTZ, 1989).

De acordo com a perspectiva da ‘ameaça germânica’ as vésperas e durante a Segunda Guerra Mundial, a ‘Nova Alemanha’ abarcaria os três estados do sul e seria anexada ao III Reich com o auxílio da ‘imensa’ comunidade ‘germânico-nazista residente neste estado. Não obstante de acordo com a historiografia, apenas 40% dos filiados a NSDAP/BR eram dos três estados sulinos. Em contrapartida, apenas São Paulo e Rio de Janeiro preenchem 44% das filiações, concentrando São Paulo com o maior número de filiados (785).

Além desses números, outra característica que nos salta aos olhos e que nos distancia mais ainda da visão de que as tradicionais ‘mal-aculturadas’ e isoladas colônias do sul eram nazistas, é a concentração de partidários em áreas urbanas, mesmo nos estados do sul. Para ficarmos apenas em exemplo, no Paraná do número de 185 filiados, 94 eram da capital, ou seja, 50,8% do total. Essa característica se confirma para o caso paulista, de acordo com Ana Dietrich, sobre o partido nazista em São Paulo, de forma geral estavam ligados a atividades urbanas e mantinham vínculos, através de suas empresas, com a pátria-mãe. (DIETRICH, 2012).

Segundo Moraes, outro ponto de observação relativo ao perfil dos partidários é o setor profissional ao qual pertenciam. Ficou constatado, no âmbito nacional, que apenas 11% dos militantes ocupavam-se no setor primário e apenas 4,6% destes estavam localizados nos estados do sul. Desse modo a maioria dos militantes estava ligada às atividades comerciais, industriais e de serviços. Em todos os casos, o eixo Rio-São Paulo liderava no que se refere ao número de militantes nessas atividades. (MORAES, 1996).

Quanto ao local de nascimento, temos cerca de 93% do total nacional de filiados fazia parte do grupo dos chamados *Reichsdeutsche*, indivíduos de origem germânica, que tem como pátria natal a Alemanha. Quase inexistentes teuto-brasileiros no Partido. Do total, apenas 2% nasceram no Brasil.

Ligada a isto está a questão geracional, que igualmente nos auxilia na compreensão da feição dos militantes: 65% do total de filiados nasceram entre 1890 e 1909 (1850 indivíduos), destes, 1083 nasceram entre 1900 e 1909, os nascidos entre 1880-1890 somam 14%. Esses números, de acordo com Moraes, demonstram que os membros do partido pertenciam a uma geração relativamente jovem entre 25 e 35 anos, que teve contato direto ou indireto com a Grande Guerra (1914-1918).

Temos, portanto, um perfil minimamente traçado dos nazistas no Brasil: jovens entre 25 e 35 anos, nascidos na Alemanha, que experimentaram de alguma forma a Primeira Grande Guerra Mundial, ocupavam no país, em sua maioria, funções comerciais e industriais e pertenciam aos setores médios urbanos, boa parte com formação profissional definida e empregados em grandes firmas e indústrias alemãs que se instalaram no Brasil.

Tais indivíduos alimentavam constantemente o retorno à terra natal, diferentemente, por exemplo, dos imigrantes camponeses das regiões coloniais do sul do país. Estes por sua vez, organizaram sua vida desde o início da colonização no segundo quartel do século XIX, ficando raízes mais fortes na nova pátria além mar. Segundo Brepohl de Magalhães, basta lembrarmos as políticas restritivas prussianas- principalmente da era Bismarck- relativas a emigração, que entendiam o emigrante como fugitivo e traidor da nação, portanto, não seria bem recebido se voltasse. (BREPOHL, 1998).

2.3. Objetivos para a NSDAP/BR - *National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* (Partido Operário Alemão Nacional Socialista Brasileira - Seção Brasileira do Partido Nazista)

Certamente a missão nazista no Brasil não escapou e ainda não escapa, isenta de controvérsias e debates, tanto no meio acadêmico quanto dentro da sociedade. O trabalho da NSDAP foi alvo de interpretações mirabolantes, escapistas e de inúmeras críticas, algumas vindas da própria comunidade alemã.

Buscamos fundamentos, portanto, na historiografia que trabalhou com o tema e que, com algumas divergências interpretativas, trata com mais respaldo documental a questão.

As justificativas da historiografia para a presença de núcleos da NSDAP em determinadas localidades (e não em outras) ainda são conflitantes. Teria o Partido no Brasil, objetivos fixos a ponto de escolher lugares estratégicos, indicando assim intentos bem definidos? Ou os núcleos surgiram de forma espontânea da iniciativa de particulares?

Acreditamos que não existe razões para abandonar uma proposta em função da outra, principalmente se levarmos em conta a cronologia da organização já exposta acima. Gertz demonstra como era relativamente fácil, nos primeiros tempos (meados dos anos 1920 até 1933) tornar-se chefe da NSDAP no exterior: “Em geral era nomeado dirigente partidário quem escrevesse uma carta para a Alemanha, apresentando-se como membro do partido”.(GERTZ, 1987, p.78)

Contudo, torna-se difícil pensar que a autorização para a instalação ou formalização de um núcleo não levava em consideração alguns critérios, principalmente a partir de 1933-1934, quando as bases da organização nacional já estavam assentadas. Quais critérios? Talvez a presença da AO (Organização do Partido Nazista no Exterior), interferindo diretamente na organização e fundando definitivamente o Partido no Brasil, possa ser levada em conta para contrariarmos a adoção pura da tese da ausência de diretrizes.

É importante fazermos uma ressalva no que diz respeito aos projetos nazistas para o Brasil. Faz-se necessária uma distinção entre a ação concreta do Partido e os possíveis intentos da Alemanha nazista. Como afirma Bertonha, há indícios que Berlim nunca teve o intuito de invadir a América Latina. (BERTONHA, 2001).

Ainda acerca dos intentos do Partido, Marionilde Brepohl destaca o papel da AO na distribuição das diretrizes para a NSDAP no Brasil. A historiadora aponta alguns objetivos definidos para o trabalho partidário: contrapropaganda sobre os adversários do movimento, recrutamento de um exército de reserva, para o caso de conflito militar, arrecadação de recursos para o Partido na Alemanha, contribuição com informações para possíveis transações comerciais e apoio a política externa do III *Reich*. (BREPOHL,1998).

Brepohl também faz menção aos dez mandamentos do *Auslandsdeutscher*, uma lista de recomendações que a AO indicava como procedimento padrão para súditos no exterior: (BREPOHL,1998).

1. Respeite as leis do país em que te hospedas./
2. Deixe que a política do país hospedeiro seja feita pelos seus habitantes. A política interna de um país estrangeiro não te interessa. Não se misture nela, nem sociavelmente./
3. Professe-se e em toda parte como um partidário. /
4. Fale e aja sempre de modo que seja honrado o movimento nazista e dessa forma a Alemanha./
5. Veja em cada alemão de fora teu camarada, uma pessoa do teu sangue, tua índole e da tua essência. Dê a ele a mão sem olhar sua situação. Somos todos administradores do nosso povo. /
6. Ajude de coração teu camarada alemão mesmo sem ser solicitado, quando ele estiver imerecidamente na miséria./
7. Não seja apenas membro, mas também camarada em armas na linha de frente. Informe-se rigorosamente sobre o caráter, o conteúdo e datas do nosso movimento./
8. Construa e lute dia a dia a união de cada alemão honesto em nosso movimento. Convença-os da necessidade da nossa vitória, para que a Alemanha continue viva! Lute com armas espirituais./
9. Leia o estatuto do nosso partido, nossos informativos e livros./
10. Aproxime-se dos partidários que lhes estão próximos. Estabeleça lá um ponto de apoio ou um grupo local e seja ele disciplinado e colaborador. Não

se envolve em nenhuma briga, ao contrário faça todo esforço para impedir qualquer conflito que se inicie.

Os itens 1 e 2 demonstram a ampla visão da AO sobre a situação local da NSDAP, após as primeiras experiências com a Organização. As recomendações quanto à maneira de agir dos nazistas no exterior reflete mais um cuidado interno, no sentido de não atrair transtornos na obra do Partido, do que ausência de subversividade.

O que podemos depreender dessas instruções é que a empreitada dos partidários tinha objetivo fixo, que não incluía a política brasileira ou arregimentação dos luso-brasileiros para as fileiras do Partido.

Seitenfus vai além e postula uma organização da NSDAP/BR muito bem estruturada quanto aos desígnios. Segundo o autor, o Brasil tinha razões para temer o movimento hitlerista e, nos primeiros tempos (1929-1938), o governo não deu a devida atenção ao avanço do Partido. A partir de 1934, com a ascensão de Hans Henning Von Cossel à liderança nacional e sob o comando direto de Berlim, os nazistas colocaram em prática um impressionante sistema de infiltração e de propaganda entre os alemães do estrangeiro, aumentando sensivelmente suas atividades, tornando-as ostensivamente subversivas e antibrasileiras. (SEITENFUS, 1985).

Dentro desse impressionante sistema de propaganda, o autor destaca a utilização das escolas germânicas pelo nazismo através de subsídios e materiais vindos da Alemanha, como instrumento de propagação do ideário entre a comunidade teuta, e reafirma o atraso do governo brasileiro em perceber a situação.

A abordagem de Seitenfus levou em consideração a influência Alemã no Brasil, na década de 1930, de forma ampla.

Nesse sentido concordamos com o autor ao visualizar o peso que a Alemanha representava para as relações econômicas e políticas do país na Era Vargas. Como exemplo pode citar o amplo domínio que as capitais germânicas tinham sobre as comunicações aéreas no país e até mesmo a considerável presença de alemães na região sul.

Não obstante, a historiografia tende a visualizar a Seção Brasileira da NSDAP fora de órbita da grande ameaça à integridade do país. Além do mais, se esteve ao ponto de sê-la, a repressão a partir de 1938 e, mais intensamente, a partir de 1942, eliminou qualquer possibilidade. Sem dúvida a NSDAP/BR não controlava as linhas aéreas e nem as colônias do sul do país. Portanto, faz-se necessário levantarmos essa reflexão que separa o que temos chamado de NSDAP/BR (Seção Brasileira do Partido Nazista) e o III *Reich* como um todo.

Todavia, no que tange especificamente aos objetivos e a ação do Partido, o próprio Seitenfus coloca: As atividades da NSDAP são variadas e numerosas. Paralelamente a organização do lazer, esportiva e benemerente acrescenta-se ações francamente subversivas e antibrasileiras, o boicote social e econômico dos opositores, os exercícios paramilitares, as saudações hitleristas e as cerimônias de juramento de fidelidade ao III Reich. Na verdade, a NSDAP visa apenas à identificação total dos alemães no exterior com as diretrizes de Berlim, ao agrupamento dos brasileiros de origem alemã e dos cidadãos alemães que vivem no Brasil e sua adesão à doutrina nacional-socialista. (SEITENFUS, 1985).

Os trabalhos de Moraes e Dietrich, por objetivarem o estudo específico do Partido, trazem definições mais empíricas acerca dos objetivos partidários. De outra forma, estes autores procuraram mostrar, por meio de dados, aquilo que o Partido objetivou e efetivamente conseguiu empreender. (DIETRICH, 2012. MORAES, 1996).

Ainda sobre os objetivos partidários, Dietrich assevera que, antes da existência de uma coordenação central, o Partido Nazista tencionava combater o comunismo e apoiar a eleição de Hitler na Alemanha, após a centralização com a coordenação da AO:

Outros fins foram se agregando: a propaganda das ideias nacional-socialista centradas principalmente nos discursos de Hitler, a formação de uma juventude hitlerista, a criação da grande comunidade Nacional (*Volksgemeinschaft*) de alemães residentes além da fronteira do Reich e, finalmente, repatriamento dos alemães que aqui moravam através de incentivos de troca de câmbios favoráveis. (DIETRICH, 2004, p.82)

Vários autores consideram como uns dos intentos mais relevantes da ação da NSDAP no Brasil a propaganda partidária centrada na ideia da formação da *Volksgemeinschaft*. Em outras palavras a propaganda nazista buscava, no seu âmago, conservar ou construir os laços de nacionalidade, que mantinham os alemães unidos, mesmo estes estando fora da terra natal.

Nas diretivas da AO, podemos encontrar: "Veja em cada alemão de fora teu camarada, uma pessoa de teu sangue, tua índole é da tua essência. Dê a ele a mão sem olhar a situação. Somos todos administradores do nosso povo".

Para tal tarefa, o Partido utilizava, na maioria das vezes materiais de propaganda em português e alemão, impressos na Alemanha ou até mesmo no Brasil. Outro método eram as reuniões privadas para discutir a doutrina entre os cabeças ou para conquistar novos adeptos; ou reuniões públicas: festividades geralmente relacionadas ao Partido ou a datas comemorativas da Alemanha.

Podemos então, grosso modo, definir dois grandes objetivos estes efetivamente empreendidos de alguma maneira, no concerne a ação da Seção Brasileira Nazista:

1. A construção/manutenção da *Volksgermeinschaft*, no sentido de unir os alemães do exterior dentro do constructo de nacionalidade, com características definidas pela doutrina nacional-socialista;
2. Como consequência do primeiro, a peleja para alcançar o domínio sobre as comunidades alemãs espalhadas pelo país.

Dietrich ainda afirma que no âmbito internacional, o partido visava incentivar as relações comerciais, políticas e culturais entre o Brasil e a Alemanha por intermédio dos partidários presentes na Embaixada e representações consulares da Alemanha no Brasil.

2.4. O Partido Nazista em São Paulo

Em São Paulo se localizou o maior grupo nacional do partido, fato que pode ser explicado pela grande colônia de alemães de nascimento. Podendo ser considerado também o grupo de maior importância devido à presença da sede nacional do partido e do seu chefe, Hans Henning Von Cossel, da publicação do *Deutscher Morgen* e da expressividade das organizações nazistas, desenvolvidas em diversas células e instituições.

Nos estados do Sul, mesmo com a grande e expressiva colônia de teuto-brasileiros, a colônia de cidadãos alemães era menor, até mesmo em Santa Catarina, que tinha o segundo maior grupo regional do partido. A imigração para São Paulo, estado considerado, já na década de 1930, como importante polo econômico e industrial, atraiu mão de obra técnica estrangeira. (DIETRICH, 2012. p. 154)

Sabe-se que muitos alemães desiludidos com a crise que se instaurava na Alemanha com o fim da I Guerra Mundial e o estabelecimento da república de Weimar, emigraram para outros países, inclusive para o Brasil. Segundo Seitenfus com a ascensão do nacional-socialismo, este grupo de alemães recém-imigrados se juntou em torno das ideias nazistas, constituindo o partido em território paulista. Isto se deu até mesmo antes de Adolf Hitler se tornar chanceler alemão, em 1931. (SEITENFUS, 1985).

O comerciante Cossel foi, a partir de 1934, o chefe regional de São Paulo e nacional do Brasil. Segundo Dietrich, em São Paulo, a organização do partido era bem estruturada, com células e pontos de apoio nos principais bairros da capital e cidades do interior.

Em outubro de 1933, o alemão Franz Wolf escreveu um relatório sobre a região industrial de São Paulo. Entre os aspectos levantados, Wolf destacou a presença de instituições alemãs na capital paulista, como a Associação Germânia e as escolas alemãs. Já nesta época, apontava-se um conflito entre as crianças judias de origem alemã e o corpo docente antissemita das escolas. A lei brasileira permitia que brasileiros e pessoas de outras nacionalidades pudessem se inscrever nas escolas alemãs, por isso, muitas crianças judias se matricularam, causando revolta entre os nazistas.

Segundo Dietrich, devido ao medo de incidentes com a Secretaria de Educação Brasileira, os professores alemães evitaram conflitos com as crianças judias. De acordo com o relatório de Wolf: Mesmo que o corpo de professores inteiro tenha mentalidade antissemita, ele demonstra resistência em difamar as crianças judias para evitar incidentes, o que poderia causar uma intervenção da Secretaria de Educação Brasileira. Quanto à questão da bandeira, ela se refere a uma discussão sobre se deveria hastear além da antiga bandeira do Reich, a bandeira com a suástica. (DIETRICH, 2007).

Além das crianças judias, Wolf denunciou também a presença de elementos marxistas nas escolas.

Em 1933, ano de ascensão de Hitler ao poder, a presença do partido em São Paulo já era notável. Em viagem a capital paulista, o enviado Arthur Schmidt Elskop fez diversos elogios de como o nazismo se encontrava bem organizado na capital e de como foi bem recebido pelas autoridades governamentais e empresários do café, estabelecendo relações amigáveis com eles. Na cidade que se reestruturava pós-revolução de 1932 o número de alemães já era o maior do Brasil. (DIETRICH, 2012, p. 158)

Portanto, o enviado alemão ficou admirado com a receptividade paulistana, na sua chegada, houve apresentação da companhia de polícia e música. A corte da cavalaria também fez honras, segundo Elskop houve uma recepção calorosa por parte do povo: Minha chegada em São Paulo foi aclamada por algumas pessoas do povo e um grupo que gritava: Viva Germânia, Viva Hitler.

A agenda de Elskop foi bastante intensa na capital paulista. Segundo Dietrich houve uma recepção à noite, onde estavam presentes 600 pessoas, sempre observando detalhes dos costumes da colônia alemã em São Paulo, como por exemplo, sua capacidade associativa. Em levantamento de todas as associações alemãs, descobriu em São Paulo 50 delas. Constatou que a colônia, já nesta época, comemorava as festividades ligadas ao calendário do governo alemão, como a festa de Bismark, comparecendo a ela. Ficou com uma

boa impressão, além do grupo regional do partido nazista, estava presentes a sociedade dos ex-combatentes da Primeira Guerra e alguns dirigentes do clube Germânia (atual Pinheiros). (DIETRICH, 2012).

A relação Brasil-Alemanha na opinião de Elskop não poderia ser melhor, assim como a relação entre o consulado e a colônia alemã. Reclamou da legislação brasileira referente às escolas estrangeiras, que prescreviam que os alunos deveriam se formar em português. Este seria um obstáculo para os alemães buscarem seus círculos de influência. Visitou a escola alemã da rua Olinda, que era a maior escola alemã de São Paulo, com 700 alunos.

Segundo Moraes na cidade de Santos, também havia uma célula do partido nazista. Muitos imigrantes, inclusive alemães, chegaram ao Brasil por esse porto. Quando o Brasil se posicionou na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, Santos e outras cidades litorâneas passaram a serem considerados pontos estratégicos e os súditos do eixo foram impedidos de circular ou morar nestas áreas. (MORAES, 1996).

No interior do estado, encontravam-se várias colônias agrícolas de alemães, instaladas principalmente a partir da segunda metade do século XIX, com o boom do café. Segundo Silvia Cristina Siriani, sobretudo durante os anos de 1827 e 1889, houve uma intensa imigração para a então província de São Paulo. Nos finais do século XIX, esse processo atingiu seu apogeu em decorrência de uma série de reformas econômicas e administrativas ocasionadas, principalmente, pelo grande fluxo monetário decorrente da expansão da lavoura cafeeira, que passou a contar com abundante mão de obra estrangeira. (SIRIANI, 2003).

Siriani citou também, como fator propulsor da imigração para as lavouras cafeeiras no interior paulista, a Lei Eusébio Queiroz, promulgada em 1850, que extinguiu o tráfico negreiro para o Brasil. (SIRIANI, 2003).

A colônia paulista, por exemplo, estava localizada, segundo um relatório do colono Hans Alt, em terras de 'mata' entre os rios Aguapé e do Peixe, a oitenta quilômetros da cidade de Araçatuba. Os colonos segundo seu relato tiveram que fazer bastante esforço para se instalar. Um dos problemas foi às ligações do transporte com a colônia. Para chegar se utilizava a estrada de ferro Noroeste do Brasil. Os imigrantes alemães não estranharam o 'clima continental' do Noroeste de São Paulo, com temperatura amena de vinte graus. O mesmo não pode se dizer das doenças tropicais de que foram vítimas, ferida brava, úlcera de bauru, malária, amarelão, catarata e lombriga, que eram ocasionadas pelo hábito pouco higiênico no início de sua vida na selva. Havia dificuldade de tratar essas doenças: o tratamento médico era feito na cidade de Araçatuba e muitos colonos não conseguiam custear a viagem até lá. (DIETRICH, 2012, p. 160)

Entretanto o diagnóstico descrito não era dos melhores, algumas grávidas faziam trabalho pesado e, quanto à moradia, o conforto foi deixado de lado. Muitas casas não possuíam pisos e os telhados eram feitos de galhos de palmito.

O maior contingente de alemães que aderiram ao Nazismo no Brasil localizou-se no Estado de São Paulo, segundo Dietrich, contrariando as correntes historiográficas que afirmam que o movimento foi mais expressivo nos estados do Sul. Isto se deu, principalmente devido à imigração mais recente para este estado, mão de obra que foi atraída pelo crescimento econômico e industrial local, já crescente no início do século XX e, ao mesmo tempo, expulsa de seu país de origem pela crise econômica da República de Weimar. Os imigrantes alemães se instalavam na capital paulista, empregando-se em firmas alemãs, indústrias, bancos ou como profissionais liberais. Outra leva se dirigiu ao campo, para trabalhar principalmente no Noroeste paulista junto às fazendas de café. O grande sucesso do Nazismo em São Paulo, porém, também se deu a atuação de seu chefe, primeiramente regional e depois nacional, Hans Henning Von Cossel. A sua gerência em organizar células do partido e outras associações ligadas a ele, como das mulheres, da juventude e da Frente de Trabalho, foi elogiada pelos seus companheiros de causa e pela matriz em Berlim. (DIETRICH, 2012).

2.5. A Repressão do Partido Nazista em São Paulo

Durante o período de 1931 a 1933, a sede nacional do Partido Nazista funcionou no Rio de Janeiro, então capital federal e, em 1934, foi transferida para São Paulo, onde teria funcionado abertamente até o ano de 1938.

Segundo Moraes, no período compreendido entre 1931 e 1938, não houve qualquer tipo de repressão ao Partido Nazista. Esta se iniciou propriamente em 1938 e teve dois momentos. O primeiro, de 1938 a 1941, foi pautado pelo projeto de Nacionalização do governo varguista, que via o alemão ao lado de outras minorias nacionais como ‘perigo étnico’. O segundo foi definido a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e configurava o alemão como o ‘inimigo militar interno’ o ‘súdito do eixo’ residente no Brasil. O segundo momento de repressão é considerado muito mais expressivo em número de casos e em ações policiais. (MORAES, 1996).

Com o alinhamento militar de 1942 que os alemães radicados no Estado de São Paulo passaram a ser vistos como suspeitos em potencial pela polícia política paulista. A partir deste acontecimento, o alemão foi elevado à categoria de inimigo ao lado de comunistas, anarquistas e integralistas. A comunidade alemã como um todo se tornou alvo de vigilância, e houve de fato uma efetiva repressão as suas atividades políticas, como as relacionadas à espionagem e ao Partido Nazista organizadas.

No primeiro momento de 1938 a 1942, a vigilância foi mais branda, uma vez que nessa época a preocupação do Governo com relação aos estrangeiros era apenas de que eles constituíssem um obstáculo para a construção da nação moderna brasileira.

Os alemães, ao lado de outros cidadãos estrangeiros, passaram a ser rotulada de indesejáveis, postura que expressa a valorização do homem nacional. Atitudes xenófobas, pautadas pela ação nacionalista do governo, marcaram o cotidiano da população brasileira. O Estado se valia de órgãos opressores e censores para agir em nome da Segurança Nacional. No entanto, muitos partidos políticos, como o Partido Nazista, procuraram sobreviver na clandestinidade, valendo-se muitas vezes, de nomes fantasias. Essas estratégias eram detectadas pelos investigadores do DEOPS, atentos a qualquer tipo de desvio da norma instituída. (DIETRICH, 2007, p. 76)

Segundo o discurso policial, as comunidades judaicas, alemã e italiana manifestavam um baixo grau de assimilação, posição essa registrada tanto em relação aos cidadãos quanto em relação às instituições comunitárias que os representavam, como, por exemplo, escolas, imprensa e clubes. Nesse sentido, constatamos uma vigilância sistemática da polícia com referência ao trânsito desses estrangeiros no país. Vigiavam-se embaixadas e consulados, residências particulares, empresas privadas e um sem número de instituições, seus membros, contabilidade, correspondências, relações sociais, etc.

Segundo Tucci Carneiro, nesse contexto de institucionalização da xenofobia, a presença do estrangeiro era vista como prejudicial à criação de uma raça homogênea e de um povo integral sob a alegação de que, dessa forma, defendia-se o cidadão brasileiro e o progresso material e moral do país. (CARNEIRO, 2001).

Nesse sentido, houve o estabelecimento de uma série de decretos Lei, que visavam o controle dos estrangeiros no Brasil. Um desses decretos atingiu diretamente o Partido Nazista no Brasil. Pois se referia à proibição das atividades políticas estrangeiras. Segundo o primeiro parágrafo do art. 2 do Decreto Lei n 383, de 18 de abril de 1938, o estrangeiro estava proibido de: Organizar, criar, ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que tenha

por fim exclusivo a propaganda ou difusão de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. (DIETRICH, 2007, p. 77)

Devido a esse decreto, o Partido Nazista no Brasil entrou na clandestinidade em 1938. Diante da proibição da existência de partidos estrangeiros pelo governo brasileiro, incluindo em 1938, o Partido Nazista, as autoridades alemãs encaminharam uma ordem ao governo brasileiro. Nesta ficava definido que todos os documentos referentes às atividades deste partido no Brasil deveriam ser enviados à Alemanha, através de suas representações diplomáticas alemãs, (consulados e embaixadas).

Segundo Moraes, muito antes da proibição, o funcionamento da organização nazista já era de conhecimento da Polícia Política. Em 1932 um ano antes da ascensão de Hitler, foi aberto o prontuário Sociedade Nacional Alemã. Segundo documentos neles contidos, essa sociedade (o embrião do Partido Nazista) mantinha sua sede no coração de São Paulo, em pleno centro da capital, em um apartamento de primeiro andar, na Rua Líbero Badaró n 20. E, 1935, em outro relatório policial registrou a mudança, de endereço para a rua conselheiro Nebias, também no centro da capital paulista. (MORAES, 1996).

Segundo Dietrich, o jornal *Deutscher Morgen*, órgão oficial da referida sociedade, teve dois exemplares anexados ao prontuário. Em um deles, correspondente ao primeiro número do jornal (16/03/1932), foi publicada a reprodução de uma fotografia de Hitler, o que demonstra a franca propaganda ao Terceiro *Reich*, através da divulgação da figura de seu líder máximo. Tal publicação chamou a atenção da imprensa paulista. O jornal O Diário da Noite, em artigo assinado por um leitor, publicou, em fevereiro de 1932, a crítica à ventilação de ideias nazistas pelo jornal *Deutscher Morgen* ao denunciar a falta de controle das autoridades sobre essas iniciativas. (DIETRICH, 2012).

As formas de organização do Partido Nazista em São Paulo em seus diferentes níveis só foram registradas pela polícia política em 1942 por ocasião das declarações de Otto Braun, fichado como tesoureiro do partido e funcionário do setor de cobranças do banco Alemão Transatlântico. A partir de suas declarações, a polícia política paulista identificou detalhes do funcionamento da organização nazista e passou a conhecer os nomes dos principais integrantes. Até 1942, ainda que conhecido pelo órgão de repressão, o partido não era visto como perigoso a Segurança Nacional.

Para a polícia o tesoureiro do Partido Nazista em São Paulo, conhecido como ‘Braun do partido’ era a figura chave por suas ligações com outros partidários e com membros

da comunidade alemã relacionados com o Banco Alemão Transatlântico, que também era objeto de inquérito.

Nos documentos do DEOPS/SP, os primeiros registros da existência do Partido Nazista de São Paulo datam de 1932, com a apreensão dos dois primeiros números do jornal *Deutscher Morgen*. Datam de 1935 os primeiros documentos referentes ao chefe do Partido Nazista no Brasil, Hans Henning Von Cossel. Porém a repressão propriamente dita do partido só se dará de uma forma intensa e sistemática após a prisão de Otto Braun em 1942. Até essa data, as autoridades policiais pouco se interessavam pelos representantes do nazismo no Brasil. (DIETRICH, 2007, p. 164)

O nome de Otto Braun encontra-se registrado em vários outros prontuários, fora o seu, de forma a relacionar sua imagem ao perigo nazista interpretado como ‘real’ após o Brasil ter optado por lutar ao lado dos Aliados.

Dietrich ressalta que segundo a polícia, o perigo acentuava-se ainda mais pelas relações de Braun com ‘famigerados’ nazistas e pelo fato de ele não ter receios das autoridades. Em um dos seus depoimentos afirmou estar receoso da situação mundial, temia que acontecesse qualquer coisa de desagradável em decorrência das relações tensas entre Brasil e a Alemanha. (DIETRICH, 2007).

No prontuário nazismo, traz o histórico de vida política de Braun, além de apresentar outros detalhes sobre sua vida. Braun teria frequentado em 1939 a escola para líderes políticos em Hamburgo (Alemanha) com licença da diretoria do banco.

Como tesoureiro, a função de Braun era cuidar das finanças do partido. Segundo suas declarações, ele era somente contador do partido, ficando alheio ao setor político. Teria participado do partido até a data de seu fechamento, em 1938, quando teria se afastado, conforme declarou, para dedicar-se ao trabalho e à família.

Segundo Moraes, Braun também se dedicava à propaganda nazista. Braun teria distribuído panfletos doutrinários a todos os funcionários, inclusive aos não alemães, além de ter organizado banquetes visando à divulgação das ideias nazistas. Além disso, teria se mostrado contra as medidas governamentais, como, por exemplo o confisco dos bens dos ‘súditos do eixo’. (MORAES, 1996).

Conforme declaração de um funcionário do banco Ernesto Kohler, Braun atuava como um elo entre o Banco Alemão e o Consulado da Alemanha, sua relação com o cônsul da época era muito estreita. Citando a influência de Braun sobre a colônia nazista de São Paulo. Otto Braun fazia uma espécie de controle dos membros da comunidade alemã que, por sua vez, também eram supervisionados por uma entidade diplomática, o consulado.

Segundo Nara Santana, a comunidade alemã estabelecida em São Paulo seguia o modelo do III Reich se organizando em múltiplas associações, a proliferação de associações alemãs em território brasileiro era reflexo de uma prática vigente no III Reich, o fechamento do Partido Nazista em 1938, fez com que as associações nazistas ganhassem um novo status, elas se tornaram um suporte da organização nazista no país, inclusive por sua atividade direta junto à comunidade de imigrantes alemães. (CRUZ, 2012).

Criativas essas associações, inventaram formas para dissimular e dar prosseguimento às suas atividades. Organizaram sociedades de artes, de atiradores e de atletismo como disfarces para atividades nazistas.

Já o bar Columbus, localizado na rua Domingos de Moraes, tornou-se suspeito de infiltração nazista, porque seu dono, Walter Hahn, foi acusado de ser membro do Partido Nazista. Hahn havia saído do Brasil para para morar na Alemanha em 1938, mas ainda assim continuava mantendo relações com o dono do restaurante, Ernest Kolze. Este segundo informações policiais, teria entrado no Brasil em 1914 sem passaporte. A polícia suspeitava que Kolze seria um garçon ou marinheiro ligado a atividades de contrabando. (DIETRICH, 2007, p. 111)

Esse registro, no entanto, foi importante para a sua ação posterior, pois a polícia já havia adquirido munição para acertar com mais precisão o seu alvo. Lembramos também que no período de 1939 a 1940, a vigilância tem um perfil xenófobo e nacionalista, ou seja, ela é empreendida em nome da preservação dos valores nacionais brasileiros e não contra o ideário nazista em particular. Nessa etapa, o nazista não era tratado como inimigo militar, ainda que avaliado como um elemento estranho no corpo as Nação Brasileira.

Segundo Tucci Carneiro no final dos anos 1930, na cidade de São Paulo, vários foram os colégios enquadrados como foco de disseminação de ideias consideradas nocivas à nação brasileira, entre elas a nazista. Em instituições como a *Deutsche Schule*, mais conhecida como Escola Alemã de Vila Mariana, uma das mais vigiadas pelo Departamento Especializado de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), boa parte dos educadores era ligada à Associação dos Professores Nazistas, com 100 filiados no Brasil, e alguns vinham direto do III *Reich* para doutrinar a juventude local. (CARNEIRO, 2001).

Nessa escola não era raro os professores alemães ministrarem aulas usando o uniforme cáqui com a suástica atada ao braço. Segundo Dietrich, no início do dia letivo era comum o aluno cumprimentarem-se com a saudação 'Heil Hitler' como era usual na Alemanha. As disciplinas eram ensinadas em língua alemã, e o português era somente mais uma aula na grade curricular. (DIETRICH, 2012).

A acusação mais constante por parte da polícia política era que as famílias e a escola não imbuíam as crianças de familiaridade com a cultura brasileira, mas sim incentivavam o germanismo atrelado a doutrina nazista. Grande parte dos alunos era agremiada na Juventude Hitlerista instalada no Brasil, que cantava os mesmos hinos e propunha as mesmas atividades da similar alemã.

O livreto oficial da *Deutsche Schule* continha fotografias de alunos e de interiores da escola, além de referência ao uso de material didático e, em especial, aos filmes sobre a Alemanha. Parte desse material era importado de lá e tinha como principal objetivo manter viva a relação dos pequenos alemães e descendentes com a cultura germânica. O livro de canções alemãs apropriada pelo nazismo dava o tom do nacionalismo alemão que se cultivava.

Segundo Dietrich, o mapeamento feito pelo Deops constatou que havia 14 escolas alemãs na capital e no ABC paulista. Depois da nacionalização de 1938 foram fechadas ou enquadradas na lei A Escola Alemã de Vila Mariana passou a chamar-se Ginásio Benjamin Constant e teve seus professores alemães substituídos por brasileiros. O que foi transmitido a essas crianças, antes da nacionalização, limitou-se ao aparato da sedução do regime, símbolos, canções, livros. Em grandes festas eles desfilavam portando bandeiras com a suástica e cantando hinos nazistas, participavam de excursões e acampamentos, mas conviviam normalmente com as crianças tachadas como inferiores pela ideologia nacional-socialista. Do lado brasileiro a raça ariana foi até motivo de zombaria. Em um samba de 1943, Carlos Cachça cantou, fazendo referência ao nazismo: ‘Saibam que este céu, este mar, este lindo cenário, temos a defendê-lo os nossos expedicionários, oriundos da raça de Caxias, de Barroso. Diante desta gente tão pura e tão forte, nazista, quem és? (DIETRICH, 2012).

Ainda, cinco cidades do interior de São Paulo foram identificadas em 1943 por possuírem núcleos de partidários do nazismo: Assis, Campinas, Jundiaí, Presidente Bernardes e Presidente Wenceslau. A polícia através de seu corpo de investigação, investiu contra esses núcleos onde manteve sob vigilância vários membros do partido, ação que culminou com a prisão de vários deles.

Segundo as pesquisas de Dietrich, em Assis, a ação da polícia foi frustrada, segundo um relatório de investigação. O dentista Horácio que fazia um trabalho de investigação para a Polícia Federal avisou um grupo de nazistas sobre uma possível ação da polícia, possibilitando que escapassem. (DIETRICH, 2012).

Em Presidente Bernardes, a ação policial desvendou um esconderijo de material nazista. Dois alemães falavam a respeito do material em alemão, quando um investigador

flagrou-os e os fez levá-los até o esconderijo, foram apreendidos pela polícia: fotografias, uma bandeira da suástica, um sabre do exército alemão, medalhas, um artigo de jornal. Parte deste material confiscado pela polícia foi anexada ao prontuário Nazismo/DEOPS/SP.

Em Jundiaí, o caso relatado pela polícia aconteceu em 1942, quando os ânimos estavam exaltados em função da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados. Os membros das comunidades alemãs, italiana e japonesa, passaram a ser considerados inimigos internos e algumas cidades de São Paulo, exemplo Jundiaí, foi palco de conflitos entre os brasileiros e os chamados ‘súditos do Eixo’.

Segundo Dietrich, nessa época o DEOPS/SP articulava, sob o prisma da geopolítica de controle, informações provenientes das delegacias do interior do Estado para investigar atos subversivos dos súditos do eixo residentes nessas cidades. É o caso da Delegacia de Polícia de Jundiaí que registrou atos de espionagem, sabotagem e propaganda, além de apreender rádios e câmeras fotográficas, objetos considerados armas brancas no novo contexto de guerra. (DIETRICH, 2007).

A entrada do Brasil na Guerra deflagrou outras tantas manifestações contra a comunidade alemã, italiana e japonesa, residentes no Brasil, tanto no âmbito social como no econômico. Funcionários alemães, empregados de firmas alemãs e brasileiras foram denunciados como ‘quinta coluna’ por brasileiros que, movidos pelo espírito nacionalista, consideravam concorrentes profissionais.

Quanto aos alemães, segundo Dietrich, a polícia local de Jundiaí empreendeu um verdadeiro mapeamento de seus nomes e locais de residência. Alguns deles foram investigados em seu microcotidiano, sendo observadas práticas como escutar irradiações do Eixo e portar armas. O alemão André Werner foi um dos investigados. Segundo a polícia ele morava em uma casa nova, costumava captar programas de Berlim diariamente. As denúncias chegavam a Polícia Especializada de São Paulo sob a forma de notas de delação encaminhadas à polícia local. (Dietrich, 2007).

A polícia seguiu os rastros do partido nazista em Jundiaí, investigado através das atividades da sociedade *Kuffhauser*, da qual apreendeu diversos documentos em alemão. Entre o material confiscado havia um convite para a festa da união dos ex-participantes da Primeira Guerra Mundial, onde seria feito um juramento da bandeira nazista. A festa terai ocorrido em 20 de outubro de 1934, no Grêmio dos empregados da Cia Paulista de Jundiaí.

Com base nos documentos apreendidos pela polícia, percebemos que o núcleo de Jundiaí desta sociedade era formado por ex-combatentes alemães residentes no Brasil e que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial. Estes cidadãos eram adeptos da ideologia nazista

e mantinham contato com o partido nazista em Campinas. Sentimentos e fidelidades ao III Reich e ao Fuhrer foram registrados. Segundo os documentos apreendidos, os integrantes dessa sociedade costumavam jurar fidelidade a Hitler em agradecimento às homenagens, diplomas e cruzeiros de honras, recebida por terem lutado na Alemanha na guerra 1914-1918.

Tanto o grupo de Jundiaí como o de Campinas, existia como partido organizado desde meados das décadas de 1930. No entanto, somente em consequência do estado de guerra que lhes reafirmou o rótulo de ‘súditos do eixo’, tornaram-se visados pela polícia local e estadual em 1942.

É possível, portanto, traçar um paralelo entre as atividades nazistas em São Paulo e a ação da polícia política. Em um primeiro momento, de 1931 a 1938, o nazismo se expande no Brasil, sem ser incomodado pelas autoridades brasileiras. Entre 1938 e 1942, a polícia passa a observar as atividades dos nazistas sem, entretanto reprimi-las. A repressão propriamente dita do nazismo em São Paulo ocorreria somente entre 1942 e 1945, mas principalmente em 1942, quando o Brasil se posiciona frente ao conflito mundial contra os países do Eixo.

2.6. A Escola Alemã de Vila Mariana (São Paulo)

No contexto de vigilância às instituições de ensino, mistura de educação com espionagem e controle, Dietrich analisou o processo de investigação da polícia paulista contra a Escola Alemã da Vila Mariana. Com base em documentos apreendidos pela polícia, podemos vislumbrar parte do que ocorria dentro de seus muros escolares nas décadas de 1930 e 1940, época de maior divulgação do nazismo no exterior. (DIETRICH, 2012).

Esta escola esteve suspeita de um intenso grau de ligação com o Partido Nazista, devido a filiação de alguns de seus funcionários a este partido e ao financiamento recebido do governo alemão hitlerista.

A Escola Alemã de Vila Mariana passou por um processo de intervenção e nacionalização a partir do ano de 1942, quando teve seu nome mudado para Benjamin Constant, sendo enquadrada no Decreto n 11.285, de 1940. Foi instaurado um inquérito policial pela superintendência de Segurança Política e Social contra quatorze integrantes da Sociedade Escolar de Vila Mariana, ao final do qual constatou-se que, muitos deles, estavam envolvidos com o Partido Nazista em São Paulo.

Dentre os indiciados 10 eram professores, 1 comerciante, 1 químico industrial, 1 engenheiro mecânico e 1 bancário. Sabe-se que havia 10 homens e quatro mulheres, sendo 10 alemães, 3 brasileiros descendentes de alemães e 1 alemão naturalizado brasileiro.

Segundo Dietrich, no inquérito policial, pode-se ainda observar um dado que não aparece com frequência nos registros policiais: o grau de instrução dos indiciados. Dos 14 indiciados, 5 tinham instrução superior, 7 tinham instrução secundária. Não foi registrado esse dado no histórico de 2 dos indiciados. Destas 14 pessoas, 4 pertenciam ao quadro do Partido Nazista em São Paulo, conforme declarações de Braun. (DIETRICH, 2012).

Encontra-se arquivados no prontuário da Escola Alemã de Vila Mariana, o livreto oficial da escola *Deutsche Schule*, ilustrado com fotografias de alunos e de interiores da escola e um livro de músicas alemãs. Estas publicações foram utilizadas como peças no inquérito policial. No caso do livreto *Deutsche Schule* a polícia contratou tradutores encarregados de traduzir apenas trechos considerados disseminadores de ideias perigosas à Segurança Nacional. Percebemos uma preocupação constante em inventariar nomes, números e lugares práticos recorrente nos documentos policiais dedicados ao controle ideológico da sociedade estrangeira radicada no país. Foram encontrados textos sobre manifestações consideradas antinacionalistas, como festas e demais comemorações relacionadas com a cultura alemã, também foram selecionadas pelos tradutores além daqueles que descreviam fisicamente os bens pertencentes à instituição, como, por exemplo, um rádio de ondas curtas.

Este livreto apesar de ser anexado como prova do crime, durante o processo de investigação e nacionalização em 1943, foi publicado em 1936, quando o Brasil ainda tinha boas relações com a Alemanha, e as manifestações sócias culturais das minorias étnicas não eram tratadas como perigo à Segurança Nacional. Em uma determinada passagem do livreto há, por exemplo, a referências à aprovação das autoridades brasileiras das regras da sociedade escolar. Estava entre as regras da ‘Nova Alemanha’ o respeito a pátria de hospedagem.

Dietrich ressalta a preocupação do tradutor em identificar dados fez com que viessem à tona informações importantes sobre as outras escolas alemãs na capital paulista. Esse inquérito descobriu um mapeamento da comunidade espalhada pelo Estado de São Paulo. Constatou-se que em 1936, havia 12 escolas alemãs espalhadas por vários bairros como Vila Mariana, Mooca, Santana, Santo Amaro, Pinheiros, Lapa, Campo Belo e Vila Galvão. No ABC paulista existia mais duas escolas alemãs, em Santo André e outra em São Caetano. As escolas situavam-se em locais de grande concentração de famílias alemãs, que

tinham a escola como uma das instituições responsáveis pela manutenção da identidade étnica e ideológica valorizada pelo ideário nacional-socialista. (DIETRICH, 2012).

Os professores segundo informações policiais estavam organizados em uma entidade conhecida como União Nacional dos professores Teuto brasileiros que, ao lado da já citada célula nazista. Agia em prol da ideologia nazista, tornando-se o foco de preocupação do governo brasileiro. A autoridade temia que a capacidade de organização dos alemães se transformasse em mobilização política. (DIETRICH, 2007, p. 254).

No livreto há referências do uso de material didático e, em especial, aos filmes sobre a pátria mãe. Eles eram importados da Alemanha e deveriam conservar a nacionalidade como uma forte ligação a este país, como também reforçar a personalidade escolar alemã. Nota-se a utilização dos meio visuais para a difusão do nazismo já na década de 1930.

Em outra tradução, os filmes são citados como elemento de preservação da raça e da pátria mãe: Os filmes devem ajudar a conservar a raça como ligação viva com a Pátria Mãe de origem e fortalecer o ensino escolar alemão no Brasil. Importantes e gratos campos de trabalho são, segundo as experiências, os subúrbios com população de origem alemã e as colônias agrícolas no interior.

Segundo Moraes, o relatório do inquérito policial traz inúmeros argumentos para tentar provar ao Tribunal de Justiça da Segurança Nacional a periculosidade da Escola Alemã de Vila Mariana devido a difusão de ideias exóticas, principalmente da ideologia nazista. A narrativa policial tem um tom de livro de suspense e reafirma um espírito pretensamente heroico dos policiais. Através de adjetivos e de estereótipos construiu-se a imagem aterrorizante do ‘perigo alemão’. (MOARAES, 1996).

Segundo Dietrich, na retórica policial, fica latente a ideia de que os imigrantes alemães formavam um grupo alienígena inserido no povo brasileiro. Tese defendida, segundo Ana, por vários intelectuais brasileiros, o mito do perigo alemão tinha seu cerne na divulgação do germanismo/nazismo, espécie de tentáculo da cultura alemã no exterior, esse ideário se tornava mais latente por estar solidamente plantado e, dadas as suas características complexas, tornava-se incompreensível aos olhos dos policiais. Diante dessa complexidade, o fenômeno tornava-se ainda mais perigoso. (DIETRICH, 2012).

Ainda segundo a polícia, a escola era palco do culto ao germanismo sob todos os aspectos e, como instituição, havia aderido a doutrina nazista, caracterizando-se como mais um tentáculo do povo alemão liderado por Hitler. Dirigida pela sociedade alemã de Vila Mariana, a escola era composta por uma espécie de conselho que definia diretrizes e

funcionamentos. Durante o período de 1936 a 1943 a direção desta sociedade foi tomada por um membro do Partido Nazista em São Paulo.

Em 1943, a escola sofreu uma intervenção comandada pela Polícia Política de São Paulo, que indicou um técnico brasileiro, professor Mário G. Camargo, inspetor de ensino do Estado de São Paulo para acompanhar as mudanças idealizadas para aquele estabelecimento de ensino.

Para Dietrich a polícia se coloca aqui como a portadora da missão heroica de sanear as mentes, ou seja, arrancar da sociedade as ideias daninhas, esteios que formavam o nazismo entre nós. Ainda destaca-se que o técnico Mário Camargo, imbuído da tarefa de comandar as transformações na escola, deveria ser promovido de descortino e patriotismo. Descortino aqui deve ser compreendido no plano da ação, do fazer e do agir e patriotismo no plano das ideias, entende-se que as duas qualidades andavam juntas, pois um cidadão desprovido de patriotismo não conseguiria ter a iniciativa prática de defender sua pátria e um cidadão patriota, mas que não transcendesse esse nível teórico com ações concretas, não era interessante ao governo autoritário de Vargas. (DIETRICH, 2012).

Segundo Eliana Dutra, a sociedade varguista utilizava certos dispositivos que se articulavam na construção de um imaginário social, como por exemplo: o trabalho, a pátria e a moral. No caso deste discurso, o termo ‘descortino’ associa-se ao dispositivo ‘trabalho’ enquanto o termo ‘patriotismo’ está ligado ao dispositivo ‘pátria’. Nota-se a importância da gestão de tais dispositivos para a perpetuação do edifício autoritário varguista. (DUTRA, 1997).

Segundo relatório de inquérito, alguns dos professores da Escola Alemã haviam sido contratados por um prazo de quatro anos, por intermédio do Consulado Alemão. A intermediação deste contrato pelo Consulado alemão demonstrava uma preocupação do Reich com a educação dos alemães no exterior. Esses professores teriam vindo da Alemanha por tempo determinado, com a missão especial de educar os jovens dentro da cultura germânica e da ideologia nazista. Para isto recebiam gratificações.

Há indícios de que o Partido Nazista estava infiltrado na Escola Alemã de Vila Mariana: professores filiados a este partido e sistemáticas contribuições estrangeiras do governo alemão. Segundo relatório era comum os professores fazerem saudações nazistas e usarem uniformes e distintivos da suástica. Os alunos também participavam destas práticas, cantando canções nazistas.

2.7. O Nazismo e o Integralismo

Segundo estudos de Ana Santana há uma confusão em distinguir nazismo e integralismo causados pela proximidade ideológica e organizacional, na verdade eram partidos e que depois passaram a ser clandestinos. (CRUZ, 2012).

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi à primeira organização de caráter nacional com características fascistas, que integrava a ideia de um Estado Integral, alicerçados nos princípios da autoridade, hierarquia, ordem, disciplina e unidade. O integralismo pregava a junção racial, entretanto, era extremamente racista.

Segundo Ana Santana, não havia ma organização formal que coordenasse as atividades nazistas e integralistas, porém, o chefe nazista do Rio Grande do Sul, Walter Koenig, mantinha relações com os integralistas, que combinava medidas e táticas políticas. Sabe-se que a literatura integralista foi traduzida na íntegra para o alemão, e o governo nazista enviava dinheiro para a AIB. (CRUZ, 2012).

Além do mais, quando a AIB entrou para a ilegalidade, os integralistas de Santa Catarina publicaram um jornal de língua alemã o *Blumenau Zeitung*, além de possuir um órgão do próprio partido A Ofensiva, que eram sustentadas por firmas alemãs, e mais, houve o apoio político oferecido pela comunidade germânica com a votação maciça, totalizando 70% em que os integralistas receberam nas eleições municipais de 1936 em todos os municípios onde havia teutos.

Segundo Stanley Hilton houve muitas divergências entre nazismo e integralismo, um exemplo, era o projeto de fusão entre as raças, uma das principais bandeiras do integralismo, seria o ponto mais discordante e irreconciliável com o ideal nacional-socialista de pureza racial. (STANLEY, 1983).

Entretanto, o conceito de que o integralismo servia de disfarce para o nazismo continua a ser a mais difundida na década de 30. Segundo Carone houve colaboração entre integralismo e nacional-socialismo, porém, é importante ressaltar que não existem evidências de um complô nazi-integralista contra o governo brasileiro. (CARONE, 1974).

Segundo Santana, a base do movimento nazista no Brasil identificava-se plenamente com a AIB e principalmente da sua política, como no caso das eleições de 1936. As características do movimento convergem em várias circunstâncias, com exceção da questão racial de essencial importância para o nazismo, porque o integralismo prega um nacionalismo fundamentado em ideias fascistas. Outro exemplo que aproximava estes movimentos eram as agremiações cívicas- recreativas que, no modelo nazista eram oferecidas

a seus membros, que aparece na documentação do DEOPS, e que serviram para congregar seus membros em torno do ideal político e na manutenção das tradições. (CRUZ, 2012).

Entretanto, havia nazistas combatendo os integralistas e vice-versa, assim como simpatizantes das duas correntes políticas atuando em conjunto. O que explica a existência de sedes partidárias lado a lado em alguns lugares e os anúncios de representantes de ambos os lados num mesmo jornal.

Mesmo que houvesse uma ou outra divergência na cúpula partidária e governista alemã em relação ao integralismo, o esforço para manter a neutralidade vigorou por muito tempo, inclusive depois que o governo Vargas deu início à política de “nacionalização”, que primeiro proibiu as escolas das comunidades imigrantistas e depois fechou as instituições culturais. Por fim, proibiu o uso das próprias línguas mesmo estrangeiras. Ainda em 1940, Gustavo Barroso – supostamente o integralista mais simpático ao nazismo, em função de seu feroz antissemitismo – fez uma viagem à Alemanha. É possível que existam outros relatórios sobre essa visita, mas o que está disponível para averiguação no *Geheimes Staatsarchiv* (Arquivo Secreto do Estado), em Berlim, mostra que as restrições manifestadas durante a década de 1930 não haviam desaparecido. Isso porque, perguntado sobre o tratamento que um possível futuro regime integralista daria à “minoría” alemã no Brasil, o visitante teria se esquivado a dar uma resposta clara.

Conclusão

A expansão do Partido Nacional Socialista pelo mundo foi resultado do empenho da direção partidária em congregar cidadãos alemães residentes no exterior sob a bandeira do nazismo.

De pequenos grupos organizados no estrangeiro surgiram núcleos estruturados à semelhança do modelo implantado na Alemanha. Os objetivos gerais do organismo contemplavam a expansão da organização partidária através de novos grupos que promovessem o princípio do líder e a difusão da ideologia nazista entre cidadãos alemães no Brasil.

A historiadora Marionilde Brepohl se preocupou em investigar o nacionalismo alemão dos imigrantes da região Sul brasileira a partir da teoria do pangermanismo. A preservação da identidade nacional alemã estaria ligada à fidelidade ao nacional-socialismo. Neste sentido o germânico verdadeiro seria apenas o alemão nazista. Brepohl contestou as hipóteses de que poderia ter havido um projeto expansionista de Hitler na América Latina (incluindo o Brasil).

Segundo Marionile Brepohl, também deveria ser contemplada a promoção do conceito de cidadania baseado no sangue e na raça, a reunião de informações sobre possíveis transações comerciais, a contrapropaganda e o recrutamento de voluntários no caso de guerra. Ao final de janeiro de 1937, o cargo do chefe da organização do Exterior foi criado no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, centralizando o controle dos alemães residentes no exterior. (BREPOHL, 1998).

A América Latina destacava-se com a maior concentração de filiados do Partido Nazista no Exterior. Segundo estatística oficial, dos 29.099 partidários fora da Alemanha 18,5% residia nos países como Argentina, Brasil e Chile.

Entretanto o índice de inserção do Partido entre os alemães residentes nestes países era consideravelmente baixo.

No Brasil, país com o maior número de filiações no exterior com 2.903 partidários, apenas um em cada vinte e seis cidadãos alemães era filiado ao NSDAP.

Com relação ao Brasil, Bohle exprimia cautela ao frisar a participação de somente cidadãos alemães natos no Partido, como forma de evitar problemas com o governo brasileiro. Entre os objetivos traçados para o país, estava a conquista da direção da comunidade alemã sob o nacional socialismo, a disseminação do princípio de unidade nacional sob a orientação de um

mesmo líder, no entanto, não havia interesse em atuar nos assuntos políticos de residência, ou seja, no Brasil.

Na primeira fase do governo Vargas (1930- 1937), o nazismo teve livre trânsito, encontrando um clima propício à sua organização, como partido subvencionado por múltiplas organizações alemãs distintas, por suas funções: culturais, diplomáticas, industriais, educacionais, financeiras, etc.

Entre 1938-1942 o alemão não era visto como um perigo ideológico pela divulgação do ideário nazista, e sim um perigo étnico, um alienígena ao homem nacional brasileiro que se desejava construir. A partir de 1942 com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, este perigo ganhou uma nova dimensão, transformando-se em militar e ideológico. O alinhamento brasileiro ao lado dos Aliados redefiniu uma série de posturas e atitudes dos órgãos de repressão. O estado de neutralidade não permitia certos tipos de repressão.

O estudo aqui delimitado no Partido Nazista em São Paulo sob a perspectiva da repressão da Polícia Política paulista. Período em que o Partido Nazista funcionou livremente, sem ser incomodado pelas autoridades brasileiras e em segundo, quando e porque se deu a repressão aos alemães.

Com relação aos mecanismos da polícia política, percebeu-se que o principal elemento incriminador de um alemão, era o antinacionalismo brasileiro. Isto poderia servir, ao mesmo tempo, para incriminar inocentes culpados. Por exemplo, um alemão flagrado falando alemão em público era considerado nazista que não incorresse em atos contra o nacionalismo brasileiro poderia sair ileso.

Segundo as pesquisas de Dietrich, houve mesmo no Estado de São Paulo a disseminação do nazismo em sua forma mais crua e não de um pangermanismo que caracterizou as comunidades alemãs estabelecidas no Sul do país. Ao mesmo tempo em que as marchinhas alemãs da Juventude Hitlerista eram cantadas na Alemanha, também o eram cantadas pelos alunos da Escola Alemã de Vila Mariana.

Um partidário desempenhou um papel principal na história do Partido Nazista em São Paulo: o tesoureiro Otto Braun, que, preso em regime de total incomunicabilidade, em 1942, revelou informações relevantes sobre o funcionamento do Partido Nazista no Brasil e em São Paulo, bem como os nomes de seus principais dirigentes. Otto Braun foi uma espécie de bode expiatório da Polícia Política, o seu camarada, o então chefe do Partido Nazista no Brasil Hans Henning Von Cossel, de cujas atividades o governo brasileiro tinha conhecimento desde 1935, não foi perseguido, nem se quer identificado pela polícia paulista.

Há uma ação repressiva sistematizada da Polícia Política aos nazistas e simpatizantes de nazismo, estendida a todos os alemães que passam a ser considerados Súditos do Eixo, com controle efetivo sobre o trânsito desses estrangeiros através da exigência de salvo condutos e de autorização para transferência de residência.

No entanto, é importante destacar que a perseguição aos alemães foi uma perseguição datada e que se concentrou no período de 1942 a 1945, a partir do momento em que o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo.

Após 1945 foram encontrados documentos que demonstram que os nazistas presos durante o estado de guerra, foram libertados no pós-guerra e continuaram suas vidas normalmente em território brasileiro, sem repressão.

Glossário

Auslandsdeutscher - Alemães no exterior

Comintern – Internacional Comunista

Deutscher Morgen - Aurora Alemã

Deutsche Schule - Escola Alemã

Frauenschaft - Associação de Mulheres Nazistas

Gauleiter - Responsáveis pelo trabalho do partido e sua expansão

Geheimes Staatsarchiv- Arquivo Secreto do Estado

Hitlerjunge - Juventude Hitlerista

Kreise - Círculos

Länder - Poderes de Estado

Landesgruppe do NSDAP- Grupo Nacional do Partido Nacional Socialista

Lehrerschaft - Associação de Professores Nazistas

Reichsdeutsche - Alemães do Reich

Reichstag - Parlamento Alemão

Volksdeutsche - Alemães do povo

Volksbund für Deutschland im Ausland - Órgão de Imprensa da Colônia Alemã

Winterhilfe - Ajuda de inverno

Bibliografia

ARAÚJO. R. **Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987, 189p.

ATHAÍDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná.** Maringá: Eduem, 2011, 224p

BERTONHA, J. **A Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Saraiva, 2001, 365p.

CAVALARI, Rosa. **Integralismo: Integralismo e organização de um partido de massa no Brasil.** São Paulo: Edusc, 1999, 231p.

CARNEIRO, Maria.Luiza.Tucci. **Tempos de Fascismos.** São Paulo: Edusp. 2001, 187p.

CARONE. E. **A Segunda República.** 2 ed. São Paulo: Difel, 1974, 243p.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado.** 2 ed. São Paulo: Una, 1999, 640p.

COHEN, Ester. **O governo Federal e o Partido Nazista no Brasil.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1988.

CRUZ, Natalia dos Reis. **Ideias e Práticas Fascistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012, 212p.

DEDECCA, Edgar. **1930- O Silêncio dos Vencidos- Memória, História e Revolução.** 6 ed. São Paulo: Brasilense, 2004, 209p.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política.** São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, 388p.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil.** São Paulo: Todas as Musas, 2012, 365p.

DUTRA. Eliana. **O ardil Totalitário.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, 136p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Edusp, 2010, 660p.

FERREIRA, Jorge./ DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 376p.

GEARY, Dick. **Hitler e o Nazismo**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 120p.

GERALDO, Endrica. **Integralismo, Novos estudos e Reinterpretações**. Rio Claro: Projeto Editorial, 2004, 166p.

GERTZ, R. **O Perigo Alemão**. In: _____Cervo. Amado Luiz. **Relações Internacionais com países americanos**. Brasília: Linha Gráfica, 1994. 36p.

HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 327p.

HOBBSAWM. Eric. **Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, 598p.

MAGALHÃES. Marionilde Brepohl. **Pangermanismo e Nazismo. A Trajetória Alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998, 258p.

MAIO. Chor. **Ação Integralista Brasileira: Um movimento fascista no Brasil**. p. 147-179. In: ____ (Org). FERREIRA, Jorge./ DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 376p.

MORAES. L.E. **A Seção Brasileira do Partido Nazista e a questão Nacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, 222p.

MULLER, Telmo. **Colônia Alemã. Imagens do Passado**. Porto Alegre: Imprensa, 1981, 206p.

NARA. Santana. **O Nazismo no Brasil: Uma breve leitura sobre a organização e a estrutura do Partido.** p. 117- 133. In:_____(Org). Natalia dos Reis Cruz. **Ideias e Práticas Fascistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PANDOLFI, Dulce. **Os ano 1930: As incertezas do Regime.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-39. In:____O Brasil Republicano. (Org) FERREIRA, Jorge./ DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 376p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão Racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 293p.

SALUN. Alfredo. **Revolucionários e Tiranos.** São Paulo: Todas as Musas, 2011, 156p.

SEITENFUS.R. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos.** São Paulo: Nacional, 1985, 248p.

STEPAN, Nancy. **A Hora da Eugenia.** São Paulo: Fiocruz, 2005, 252p.

SIRIANI, Silvia. **Uma São Paulo Alemã.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2003, 254p.

VIANNA, Marly. **O PCB, a ANL e as Insurreições de Novembro de 1935.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 65-108. In:____ (Org). FERREIRA, Jorge./ DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 376p.

VICTOR, Lustosa Rogério. **Á Direita da Direita.** Estudos sobre o extremismo político no Brasil. Goiânia: Ed. Da Puc Goiás, 2011, 298p.